



# Anais da Assembléia

N. 108

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 91.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 1.987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados José Rogério Carvalho e Lindolfo Júnior.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes da discussão e votação da Ata, nós vamos solicitar ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário para que faça parte da Ata a leitura de um expediente encaminhado pela Receita Federal.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - (Lê):

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL  
EM CURITIBA - PR.

Ofício FAB. n.º 498

Em 25 de setembro de 1987.

Ao. Ilmo Sr.:

Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nesta Capital.

Senhor Presidente.

Com referência à nota publicada na primeira página do Jornal "O Estado do Paraná", em sua edição de 24.09.87, dizendo que "a Receita Federal autuou ontem a Assembléia Legislativa em cerca de Cz\$ 5 milhões, por sonegação de Imposto de Renda de deputados e funcionários...", temos a esclarecer o seguinte:

1. Foram emitidos pela Secretaria da Receita Federal, "Avisos de Cobrança", gerados pelos controles automáticos de processamento eletrônico das "Declarações de Contribuições e Tributos Federais - DCTF" entregues pelos contribuintes sujeitos ao pagamento, à Receita, de tributos e/ou contribuições, como o Imposto de Renda Retido na Fonte, o Imposto sobre Produtos Industrializados, o Finsocial, e outros, desde que não tenha ocorrido o recolhimento dos valores declarados.

2. Essa Assembléia, talvez, julgando-se sujeita à obrigação de apresentar a referida Declaração, assim o fez, não obstante os valores retidos na fonte sobre os vencimentos e vantagens de seus servidores, a título de Imposto de Renda, não serem recolhidos à Receita, mas sim ao próprio Estado, por força de dispositivo constitucional vigente, fato que a desobriga da entrega mensal dessa declaração, no que respeita a esse imposto.

3. Ao apresentar essa Declaração os valores ali declarados pela Assembléia, foram automaticamente conferidos com a arrecadação federal, e não havendo correspondência, o sistema de computação gerou o "Aviso de Cobrança" em questão.

4. Nota-se assim, a improcedência desse Aviso, que teve por fundamento informações que não deveriam ter sido prestadas à Receita Federal. Em consequência, informamos que o mesmo já foi devidamente cancelado após a constatação dos fatos aqui relatados.

5. A propósito, juntamos cópia do Ato Declaratório SRF/CST/CIEF/CSAr n. 12/87, que trata da dispensa da entrega da mencionada Declaração no caso ora abordado.

6. No que respeita à nota do Jornal "O Estado do Paraná", anexamos cópia do telex remetido no mesmo dia àquele periódico. Lamentavelmente, em sua edição de hoje, insiste o jornal, em afirmar que ele está

certo.

ATO DECLARATÓRIO SRF/CST/CIEF/CSAr/n.012  
De 08 de setembro de 1987.

Dispensa da apresentação da Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF, nos casos que menciona.

Os Coordenadores dos Sistemas de Tributação, Informações Econômico-Fiscais e Arrecadação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF N. 129, de 19 de novembro de 1986, DECLARAM:

1. Ficam dispensados da apresentação da Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho Assalariado dos Servidores da Administração Direta e sobre os Juros e Prêmios das Obrigações de sua Dívida Pública.

2. A não obrigatoriedade de apresentação da DCTF por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referente ao item acima, não os desobrigam da apresentação da DCTF nos demais casos e da apresentação da Declaração de Imposto de Renda na Fonte - DIRF Anual.

JIMIR DONIAK  
Coordenador da CST  
JORGE CAETANO  
Coordenador da CIEF  
JOÃO GOMES GONÇALVES  
Coordenador da CSAR

IX 110 CTA  
TX 126 CTA  
CURITIBA DRFICTA NR. 520 24/9/87

EDITOR  
DO JORNAL DO ESTADO DO PARANÁ  
CURITIBA - PR.

MAQUINA TELEX 415388

Com referência à nota desse jornal publicada na primeira página da edição de 24/09/87, dizendo que a Receita Federal autuou a Assembléia Legislativa do Paraná em cerca de cinco milhões de cruzados por sonegação de imposto de renda de seus deputados e funcionários, esclarecemos que se trata de absoluta inverdade, porquanto em razão de dispositivo constitucional vigente não cabe aos Estados, através de seus poderes constituídos, recolher à Receita Federal o valor desse imposto retido de seus servidores sobre os rendimentos do trabalho, e de seus títulos da dívida pública, mas sim recolher à conta de receita do próprio Estado, a quem cabe, sem dúvida, exercer esse controle.

Portanto, impossível seria a notícia da autuação, quanto mais caracterizando-se ainda como crime de sonegação fiscal.

Solicitamos retificação da apressada notícia a fim de que se restabeleça a verdade e não parem máculas sobre a nossa Assembléia, assim como se desfaçam questionamentos sobre eventual vazamento de informações que envolvam sigilo fiscal por parte desta Secretaria da Receita Federal.

Cordiais Saudações

NORTON JOSEH SIQUEIRA SILVA  
Delegado da Receita Federal  
em Curitiba - PR.

TICA 18:40 HRS  
IX 110 CTA  
TX 126 CTA  
(termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com essa informação da Receita Federal, ficou claro e evidenciado que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem depositado regularmente a cota que cabe aos Senhores Deputados e funcionários, na retenção do Imposto de Renda na Fonte.

A Mesa determina a publicação deste Ofício no Diário Oficial da Assembléia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, as explicações que Vossa Excelência traz à Casa, se importantes, são desnecessárias. Nós que convivemos por duas décadas com Vossa Excelência nesta Casa, sabemos da correção com que Vossa Excelência age com relação aos dinheiros públicos, de maneira que, para mim torna-se completamente desnecessária a comunicação que Vossa Excelência faz à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência agradece ao Deputado Erondy Silvério e sabe perfeitamente da sua capacidade, da sua idoneidade em dar informações, em receber informações, mas é que o fato se tornou público e nós apenas estamos demonstrando com o Ofício da Receita Federal que a Assembléia não deve nenhum tributo, nem ao Imposto de Renda, nem aos órgãos de Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste, o Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB, indica os Deputados abaixo relacionados para comporem a "Comissão Parlamentar de Acompanhamento como observadores aos acontecimentos em Foz do Iguaçu".

1. Nereu Carlos Massignan
2. Paulo Cesar Furiatti
3. Haroldo Rodrigues Ferreira
4. Raul Victor Lopes
5. Paulino José Delazeri.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA  
Líder do PMDB

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja apreciado, em Regime de Urgência, o Projeto de Resolução n. 59/87, que dispõe sobre a perda do cargo na Mesa Executiva da Casa por parte do Deputado que venha a mudar de Partido.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para os seguintes projetos:

PROJETO DE LEI N. 185/85, de autoria dos Deputados Eduardo Baggio e Anibal Khury, que dá nova redação ao art. 2º da Lei n. 7787, de 21/12/83, e adota outras providências.

PROJETO DE LEI N. 35/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que dispõe sobre a obrigatoriedade do diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC), nas Casas Hospitalares do Paraná.

PROJETO DE LEI N. 183/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que autoriza o Poder Executivo promover a continuidade da pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade de ramal 7 até o Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí.

PROJETO DE LEI N. 217/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que estabelece normas para a expedição e renovação de alvará de licença a estabelecimentos comerciais do ramo farmacêutico, conforme específica.

PROJETO DE LEI N. 261/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei n. 7980, de 30/11/84, conforme específica.

PROJETO DE LEI N. 75/87, de autoria do

Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a "APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Marialva", com sede e foro no Município de Marialva-PR.

PROJETO DE LEI N. 83/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública o "Clube de Oratória de Apucarana", com sede e foro no mesmo Município.

PROJETO DE LEI N. 104/87, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que denomina a estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de Maria Nifa Garanhão.

PROJETO DE LEI N. 129/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que denomina Escola Estadual Maria Flora Scaramella Moreira - Ensino de 1º Grau a Escola Estadual do DER, localizada no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N. 171/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Dr. Tancredo Neves, com sede e foro em Guarapuava.

PROJETO DE LEI N. 182/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Distrito de Yolanda, Município de Ubitatã.

PROJETO DE LEI N. 186/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rocha Loures - ACROL, com sede e foro no Município de Guarapuava.

PROJETO DE LEI N. 193/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná aos irmãos Lafayethe e Ricardo Queirolo.

PROJETO DE LEI N. 194/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Iporã - API, com sede e foro no Município de Iporã.

PROJETO DE LEI N. 196/87, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Estudos Espírita Dr. Bezerra de Menezes, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

PROJETO DE LEI N. 201/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inácio Martins, com sede e foro no Município de Inácio Martins.

PROJETO DE LEI N. 205/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã de Doentes e Deficientes Físicos - ACDD, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

PROJETO DE LEI N. 241/87, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública o "LAR EVANGÉLICO ESTRELA DE BELÉM" com sede e foro no Município

de Mandaguari.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 55/87, Mensagem n. 61/87 - ex-Proposição n. 61/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio n. 262/86, celebrado em 23/07/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros na implantação de Projeto "PRO-CRIANÇA".

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 56/87, Mensagem n. 62/87 - ex-Proposição n. 62/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio n. 87/87, celebrado em 24/03/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação, conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 57/87, Mensagem n. 64/87 - ex-Proposição n. 63/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova cópia autêntica de Termo Aditivo n. 01 de retificação e ratificação do Convênio 80/86, celebrado entre a SUDESUL e o Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral com interveniência da SEDU e SUCEAM, conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 60/87, Mensagem n. 69/87 - ex-Proposição n. 67/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio n. 11, celebrado em 11/07/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a concessão de recursos para serem aplicados na maioria do Sistema Hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba, Barra do Ararapira, Barra do Superagui, Ilha das Peças, Superagui, Rasa e outras.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 61/87, Mensagem n. 74/87 - ex-Proposição n. 72/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e objetivos que especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 62/87, Mensagem n. 82/87 - ex-Proposição n. 76/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados em 13/03/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, hoje Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica, objetivando atendimento às Comunidades Rurais e Periurbanas, no que se refere às necessidades de água potável.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto n. 202/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 238/87, que declara de Utilidade Pública Estadual a Estância Lar Santa Cruz desta Capital.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvindo-se o douto Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto n. 142/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUE-REM, após ouvir o Plenário, as seguintes providências:

1. O envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, manifestando a preocupação deste Legislativo no sentido de que a presença da tropa do Exército, de maneira ostensiva e indevida, que afeta a autonomia do Estado do Paraná, principalmente porque, os argumentos apontados para justificar tal atitude foram por nós, Deputados Estaduais, membros desta Comissão, verificados como completamente falsos.

O argumento citado de que os funcionários da construção civil poderiam afetar a paralisação da geração e distribuição de energia, só ocorreria se o movimento fosse também deflagrado pelos funcionários da Itaipu, responsáveis por tais setores. Isto não está ocorrendo. Além disso, o movimento grevista em nenhum momento impediu que funcionários de outras categorias fossem trabalhar. Isto é reconhecido por diretores da Itaipu, pela Diretoria de todos os outros Sindicatos que lá têm representação.

2. Assim sendo, não vêm os Deputados como necessária a presença da tropa.

3. Esta Assembléia se posiciona contra a atitude da Diretoria da Itaipu que transforma uma deliberação de trabalhadores pacífica num ato de violência física, psíquica e moral, além do que, fere a autonomia do Estado, o direito de greve e a dignidade de todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(aa) PAULO FURIATTI,

PAULINO JOSÉ DELAZERI, RAUL LOPES,

NEREU CARLOS MASSIGNAN, PEDRO TONELLI e

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a volta do horário de 14 horas e 30 minutos, para a realização das sessões nas quintas-feiras, como prevê o texto original do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO, EZEQUIAS LOSSO e

ANTÔNIO BELINATI, na qualidade de

Líderes dos seguintes Partidos:

PFL, PL e PDT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Fabiani, ocorrido no último domingo, dia 27 de setembro de 1987, na cidade de Ponta Grossa.

Outrossim, solicita que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada na pessoa de seu filho, Dr. Ronaldo Fabiani, no seguinte endereço: Rua D. Pedro II, 1131 - Campo Largo - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Ernesto Fabiani deixou como grande patrimônio o esforço e dedicação ao trabalho, bem como o exemplo de honradez que sempre marcou sua vida. De humilde funcionário, chegou a diretor da Metalgráfica Iguaçu, numa demonstração de confiança dos diretores e funcionários da empresa, pois nunca possuiu qualquer participação acionária que o credenciasse para a função.

Natural de Campo Largo, contava com 75 anos. Viúvo de Saphira Machado Fabiani, tinha 3 filhos: Ronald, casado com Doris Barbosa Fabiani, Roseli, esposa e Newton Puppi e Rosani, Senhora de Luís Carlos Benato. Há 25 anos casou, pela segunda vez,

com Ivone Laroca Fabiani. Deixou ainda netos e bisnetos.

O desaparecimento entristeceu as comunidades de Campo Largo e Ponta Grossa, localidades em que Ernesto Fabiani possuía estreitas ligações e era admirado pela sua conduta de homem de bem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de profundo pesar, com inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, pelo falecimento do Senhor Nicanor Teruo Itoh, ocorrido no dia 29 do corrente mês e ano.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, através de seu irmão, Senhor Oscar Teruo Itoh, no endereço: Rua José Cantéri, n. 75 - 86.870 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Degraf, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) VERA AGIBERT

#### JUSTIFICATIVA:

Há pessoas que se destacam pelo trabalho e pela permanente vontade de vencer e servir o próximo, passando à eternidade como exemplo de luta e dedicação, porque só o trabalho assegura a vitória.

Ernesto Degraf, não se intimidou com as crises, enfrentou destemidamente as dificuldades e conquistou o sucesso empresarial, como era esperado. Iniciou como camioneiro em tempos em que os meios de transporte eram precários. Fez desta humilde atividade as raízes de um grupo de sólida potencialidade econômica.

Ponta Grossa perde um dos maiores colaboradores de seu desenvolvimento. Contudo, permanecerá indelével o exemplo de abnegação e a marca dos empreendimentos que legou ao Município. Foi gratificante termos tido a felicidade de conhecer tão ilustre personalidade, e hoje, entristecidos desejamos à família o consolo pela irreparável perda.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inser-

rindo na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Degraf, ocorrido ontem, dia 29 de setembro, em Ponta Grossa.

Muito estimado pela comunidade e comerciante de grande destaque no município de Ponta Grossa, com cujo desenvolvimento econômico e social muito contribuiu, o extinto era proprietário das seguintes empresas: Degraf Cia. Ltda., Retimaq, Aldisa, Transportadora Podemac Ltda. e Degraf Distribuidora de Bebidas Ltda.

Deixa viúva a Senhora Edith Dippel Degraf e 6 filhos: Márcia - casada com Vilmar Degraf, Geanine - casada com Ricardo Eney, Miraci - casada com Franklin Wagner, Frederico, Eliana e Ernesto Degraf Filho. Deixa ainda 7 netos.

O passamento de Ernesto Degraf deixa uma grande lacuna na comunidade pontagrossense.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, com inserção em Ata dos Trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do Dia da Secretária e do Secretário.

Requer, ainda que do presente se dê ciência a Senhora Denize Carneiro de Campos, Presidente da Associação de Secretárias e Secretários do Paraná - ASSEPAR e Associação Profissional dos Secretários do Paraná, localizada na Rua Cruz Machado n. 66, 3º Andar, Sala 304, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao jornal "Indústria e Comércio", na pessoa do seu Diretor, Sr. Odone Fortes Martins, pela passagem do 11.º aniversário de fundação deste jornal.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Congratulamo-nos com a passagem do aniversário de fundação deste jornal, que há 11 anos vem desenvolvendo uma linha de trabalho sério, engrandecendo a imprensa paranaense e prestando relevantes serviços à classe empresarial de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações à população de Clevelândia, pela realização da magnífica XV Exposição Agropecuária e Industrial e IX Exposição Feira de Animais, realizada naquela cidade no período de 22 a 28 do mês passado.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. prefeito, Idevaldo Zardo, ao Prefeito em exercício, Sr. Cláudio de Jesus Ferreira, bem como a todos os segmentos da sociedade, o registro da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Clevelândia viveu mais uma semana de grande júbilo para sua população e para seus administradores, com a realização da XV Exposição Agropecuária e Industrial e IX Exposição Feira de Animais, realizada no período de 22 a 28 do mês passado, no Parque de Exposições "Portal do Sudoeste" daquela cidade.

Com a participação dos pecuaristas, da classe empresarial, bem como de toda a comunidade de Clevelândia, foi realizada mais uma Exposição Agropecuária e Industrial e da Feira de Animais que se tornou tradicional na região Sudoeste do nosso Estado, sendo inclusive um fato reconhecido em todo o território do Paraná, tanto pelos meios de comunicação que fizeram a cobertura jornalística quanto pelas entidades empresariais participantes.

Mais do que uma exposição, foi um ponto de negócio, centro de decisões, que coloca em relevo não somente a agropecuária paranaense, mas também a capacidade de nossos empresários do setor, bem como a visão de seus organizadores.

O volume de comercialização em cruzados superou de largo as mais otimistas expectativas, mas isso é apenas um dado importante, sem dúvida, mas a ele devem ser acrescidos outros dividendos.

A XV Exposição Agropecuária e Industrial e a IX Exposição Feira de Animais, representou o estímulo e o incremento, não apenas à pecuária, mas ainda, os segmentos mais diversificados. Junte-se a isso os setores de produtos e serviços que também participaram e evoluíram, por decorrência.

A Exposição foi - no entanto - o grande centro de decisões, das discussões e dos debates, haja vista a presença permanente do Governo, representado pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias, bem como do Dr. Sebastião Rodrigues Júnior, Diretor

de Crédito Rural do Banco do Brasil.

Em suma, toda a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho de seus organizadores, pois o sucesso da Exposição é o resultado da organização e do apoio da classe produtora que respondeu à altura, em que pesem os percalços circunstanciais.

Está de parabéns toda a população de Clevelândia, está exultante de alegria e contentamento o Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito, Srs. Vereadores e demais autoridades do Município, mas, mais jubilosa, incomparavelmente, está a classe empresarial da região.

Por isso, é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de todos os paranaenses que desejam ver o desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais abrangente da economia do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de congratulações pela comemoração do Dia do Agente Comercial, no dia 01 de outubro, como homenagem a este profissional, que ao desempenhar seu trabalho com esmero e dinamismo, como elo de ligação entre a origem do produto e o comerciante-consumidor, está contribuindo para o desenvolvimento do comércio em geral, e beneficiando nossa economia.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa ao CORE - Conselho Regional do Representante Comercial, através do seu digno conselheiro, Júlio Maito Filho, pessoa que há anos vem dirigindo sabiamente os trabalhos dessa entidade.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de congratulações aos jornalistas do Paraná, pela passagem do seu dia, na data de hoje. Profissional este que tem a responsabilidade de fazer com que cada vez mais os jornais e revistas cheguem aos leitores com maior facilidade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Sindicato dos Vendedores de Jornais e Empregados de Empresas Distribuidoras de Jornais de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de congratulações à Empresa VOLVO, pela premiação recebida como um dos destaques do ano do Prêmio Colunistas 1987, cujo lançamento teve o objetivo de procurar soluções para diminuir o número de acidentes rodoviários e aumentar as condições de segurança nas estradas brasileiras.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à referida empresa.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Dr. Luiz Chemin Guimarães, Diretor-Superintendente, ao Dr. Paulo Sato, Chefe do Serviço Médico e ao Dr. Tótila Glitz, do Núcleo de Cardiologia do Instituto de Previdência do Estado - IPE, pela instalação do Centro de Hipertensão Arterial naquele Instituto.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os nominados.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa desenvolvida pelo Dr. Paulo Sato, Diretor do Serviço Médico, contando com os esforços do renomado cardiologista Tótila Glitz, e apoio da Superintendência do Instituto, culminou com a instalação do Centro de Hipertensão Arterial naquela autarquia estadual, o que certamente irá permitir tratamento de melhor nível ao corpo segurador do IPE, que são os funcionários públicos paranaenses.

A criação do Centro de Hipertensão Arterial é altamente elogiável e digna de registro desta Casa.

Por isso, é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de todos os servidores públicos do nosso Estado, que desejam ver o desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais abrangente que terá à sua disposição um atendimento altamente especializado e confiável a ser oferecido pelo nosso Instituto de Previdência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a indicação dos Excelentíssimos Srs. Deputa-



dos Eduardo Baggio, Luiz Carlos Alborghetti e a Deputada que subscreve o presente, para representarem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos festejos dos quarenta anos de emancipação política do Município de Campo Mourão, no período de 5 a 16 do corrente.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Mourão completa 40 anos de emancipação política e a administração pública municipal programou uma série de festejos alusivos à data.

Por esse motivo, os Deputados acima, eleitos com votos parciais daquele município, devem representar a Assembléia Legislativa, nos referidos festejos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando a ampliação do sistema de água com a construção de um novo reservatório na cidade de Centenário do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando a ampliação da rede de água e esgoto na cidade de Rolândia - PR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando a ampliação e melhorias na rede de água e melhorias no tratamento de água da cidade de Primeiro de Maio - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando a ampliação do sistema de água e esgoto, na cidade de Assaí - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando a ampliação da rede de esgoto para os bairros e periferias da cidade de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando a execução da Rede e Estação de tratamento de esgoto da cidade de Cambé - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando melhorias na rede de esgoto e construção da estação de tratamento na cidade de Porecatu - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando um ônibus para a Prefeitura Municipal de Londrina, para transportar alunos da zona rural de Lerrovile.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de um ônibus para a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, para



transportar alunos da zona rural.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação de um terminal telefônico no prédio escolar estadual da Seção Bálamo, no Município de Assaí - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente do BANESTADO, Sr. José Carlos Finardi, solicitando um Posto Avançado do BANESTADO nas Vilas Casoni e Bandeirantes, na cidade de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente do BANESTADO, Sr. José Carlos Finardi, solicitando um Posto Avançado do BANESTADO na Vila Oliveira, Distrito de São Martinho e Distrito de Pitangueiras, no Município de Rolândia - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ary Veloso Queiroz, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando um auxílio financeiro no valor de Cz\$ 1.381.887,60, que será utilizado nas obras de combate à erosão no centro urbano de Centenário do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encami-

nhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário Especial da Habitação, solicitando a construção de 200 casas para o Município de Assaí - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências do mesmo junto ao DER, no sentido de que sejam agilizados os pagamentos das indenizações de imóveis desapropriados em razão da construção da estrada ligando Planalto a Pranchita, nos quais já havia diversas benfeitorias, dando-se ciência deste requerimento aos Prefeitos municipais e às Câmaras de Vereadores, dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Há mais de um ano, os proprietários de terras localizadas na área cortada pela nova estrada, ligando os municípios de Planalto e Pranchita, foram desapropriados de seus imóveis, nos quais já haviam construído diversas benfeitorias, sendo que até o momento não receberam as devidas indenizações, o que lhes vêm causando sérios problemas econômico-financeiros, visto não disporem de meios para aquisição de novas propriedades para prosseguirem em suas atividades agrícolas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO L. NORONHA, Digníssimo Secretário da Segurança Pública, solicitando uma viatura para Delegacia de São Sebastião da Amoreira-Pr.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL, Senhor FRANCISCO LUIZ S. GOMIDE, solicitando mais uma rede de energia para o Município de 1º de Maio-Pr.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, Senhor Camilo Calazans, solicitando a instalação de um posto de serviço na cidade de São Sebastião da Amoreira-Pr.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a creche "Sagrada Família", da Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A creche "Sagrada Família", de Campo Mourão, presta relevantes serviços àquela comunidade, porém, necessita de auxílio financeiro para continuar atendendo a comunidade dentro dos padrões de qualidade e bom atendimento que caracterizam a atuação da referida creche.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Senhores: Ministro da Previdência e Assistência Social, Doutor Raphael de Almeida Magalhães; Presidente Nacional do INAMPS, Doutor Hésio Cordeiro; Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitando seja mantida a cota de reserva técnica de internamento hospitalar do INAMPS, para o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O número de cotas de internamento hospitalar são insuficientes para os segurados do INAMPS no Estado do Paraná, portanto, encontram estas dificuldades quando necessitam daquele atendimento.

Em razão do não encaminhamento da solicitação por parte da Superintendência do INAMPS da reserva técnica de internamento hospitalar, no percentual de 11,7%, ameaça-se ser cortada esta cota, o que viria

agravar sobremaneira a situação dos segurados deste Instituto em nosso Estado, que enfrentariam dificuldades ainda maiores para a obtenção deste serviço.

Os segurados do INAPS do Estado do Paraná, que recolhem normalmente suas obrigações junto a este Instituto, não podem ser penalizados por qualquer erro administrativo interno.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministro Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, apoiando as reivindicações da Federação Nacional de Associações de Medicinas Alternativas Naturais, no que se refere a inclusão no Sistema Único de Saúde da Nova Constituição, e a regulamentação do exercício dos profissionais de medicinas alternativas naturais, tendo em vista que as mesmas já têm demonstrado eficiência em outros países, europeus e orientais, e são reconhecidas mundialmente como métodos eficientes e acessíveis à grande maioria da população.

Requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa aos referidos profissionais através da Federação acima mencionada.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, solicitando urgente reajuste na pensão dos aposentados, tendo em vista a grande defasagem gerada ao longo dos últimos anos, o que está prejudicando seriamente o orçamento dos que dependem de tais proventos para a sua manutenção.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando proibição de artigos de baixo nível cultural e de incentivos a costumes não próprios em órgãos de publicação oficiais, custeados pelo governo, a exemplo das matérias publicadas na página 16 e 20 do Nicolau, mensageiro da Secretaria de Estado da Cul-

tura, imprensa Oficial do Estado do Paraná, que alarmou e decepcionou a coletividade em geral.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

O primeiro artigo em pauta é uma autêntica e repugnante descrição de violência pornográfica que não cabe ao mais desprestigiado veículo de comunicação que fosse, muito menos a um jornal que teria por objetivo promover a cultura.

No segundo caso, faz um brilhante enaltecimento da ideologia que fere aos princípios democráticos e cristãos fugindo dos segmentos e filosofia brasileira defendidas pelo Governo paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma Corporação de Corpo de Bombeiros para o Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Preocupado com os freqüentes sinistros ocorridos não só na cidade de Marechal Cândido Rondon, como também nas vilas e nas sedes distritais, o atuante Vereador Élio Lino Husch, apresentou requerimento na Câmara Municipal, o qual foi aceito por unanimidade naquela Casa de Leis.

Existe no Município um setor de segurança, mantido pela Prefeitura Municipal, só que funcionando em condições precárias, utilizando equipamentos obsoletos.

O nosso desejo, bem como o de toda a comunidade, é de que este serviço seja encampado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, instalando em Marechal Cândido Rondon uma Corporação de Corpo de Bombeiros em condições de atender com eficiência àquela população assustada e insegura.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando ao mesmo que sejam efetuados estudos de viabilidade para a duplicação da rodovia Maringá-Paranaíba, no trecho compreendido entre Maringá e o Distrito de Iguatemi, bem como a

construção do trevo de acesso ao referido Distrito.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ÁLVARO FERNANDES DIAS, agradecendo a mensagem encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, favorável à criação da Comarca de Manguairinha.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A criação da Comarca de Manguairinha é uma das mais antigas e justas reivindicações do Município e localidades a ele vinculadas, os Distritos.

Sua Excelência, o Governador Álvaro Fernandes Dias, numa demonstração de rara sensibilidade, atendendo às manifestações e o desejo deste Deputado, e de todos os cidadãos de Manguairinha, encaminhou mensagem ao Egrégio Tribunal de Justiça, referendando e parainfando a criação da Comarca.

Pela grandiosidade do gesto, é que encarecemos dos nobres Pares aprovação ao nosso pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça, agradecendo a proposição encaminhada ao Governo do Estado para a criação da Comarca de Manguairinha.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Mário Lopes dos Santos, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, atendendo às reivindicações e anseios das lideranças políticas, comunitárias e munícipes do Município de Manguairinha, encaminhou proposição para a criação da Comarca de Manguairinha ao Governo do Estado.

Conhecedores que somos da importância, em todos os níveis que essa conquista representa, entendemos que é de direito prestar nossa homenagem e demonstrar o agradecimento do povo sudoestino, em especial, do Município de Manguairinha.

Para tanto, invoca o aval dos Parlamentares para o presente.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha, solicitando a instalação de um Departamento de Criminalística, na 5.ª S.D.P., de Pato Branco-Pr.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

## JUSTIFICATIVA:

O grande número de ocorrências onde se faz necessário o trabalho técnico de criminalística na 5.ª S.D.P. de Pato Branco, por si só justifica o presente pedido.

Entretanto, há que se ressaltar a morosidade na conclusão desses trabalhos, de vez que a mesma depende da contratação do trabalho técnico de criminalística fora da SDP em apreço.

Entendemos a viabilidade na execução do pedido, de vez que a 5.ª S.D.P., de Pato Branco, dispõe de espaço físico para abrigar esse Departamento.

Pelo exposto, encarecemos a anuência dos nobres Pares desta Casa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Doutor José Carlos Finardi, solicitando a implantação de uma Agência Bancária no Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

## JUSTIFICATIVA:

O Município de São Jorge do Patrocínio, possui uma estrutura fundiária composta por 1090 pequenas propriedades rurais, sendo que 90% das mesmas são produtoras de café, o que garante uma produção aproximada de 1 milhão de sacas de café em coco.

A comercialização desta produção, e outras atividades comerciais que visam dar apoio a este grande contingente de pequenos proprietários, garantem àquela cidade um comércio pujante.

Hoje, São Jorge do Patrocínio é atendido por apenas uma Agência Bancária, que segundo as lideranças locais não consegue satisfazer a maioria da população que se vê forçada a se deslocar a outras localidades em busca deste serviço.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, objetivando a ampliação no número de aparelhos telefônicos e uma melhoria no atual sistema de telecomunicações do Município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

Apoiamento: João Arruda, Basílio Zanusso, Antônio Belinati e Alexandre Ceranto.

## JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se no apelo daquela população, que deseja instalar aparelhos telefônicos em suas residências e estabelecimentos comerciais, facilitando, assim, a comunicação no Município e Estado do Paraná.

Além desta proposta, espera-se por parte da Companhia que seja melhorado o atual sistema de telecomunicações de Kaloré, pois segundo os seus usuários, é bastante deficiente, havendo muita interferência na comunicação.

Espera-se, portanto, que ao presente requerimento seja dado a pretendida atenção, resultando no atendimento das reivindicações.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando interferências junto ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de que o horário para atendimento ao público seja antecipado para as 10:00 horas, em todo o Estado.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Basílio Zanusso, Antônio Belinati e João Arruda.

## JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação baseia-se em proposta da população paranaense, principalmente a do interior do Estado, que na sua grande maioria é constituída por diversos produtores e trabalhadores rurais, que se deslocam de regiões longínquas aos estabelecimentos bancários, ocasionando, assim, transtornos aos diversos setores produtivos e prestadores de serviços.

Acreditamos que se esta proposta for acatada pelo BANESTADO, conseqüentemente, a rede bancária particular tomará as mesmas medidas.

Eis, pois, as razões que se apresentam para o assunto em tela, também com o apoio da Câmara Municipal de Apucarana, esperando serem elas suficientes para o pronto atendimento.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição do artigo publicado no Jornal "Paraná Cooperativo"- Órgão oficial da OCEPAR, sob o título: "De Maior Produtor de Trigo, para a Maior Indústria do Malte", o qual descreve com clareza o enaltecido desempenho e progresso da Cooperativa Mista de Entre Rios.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à OCEPAR.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 250/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Gervásio Tadashi Inoue.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### JUSTIFICATIVA:

É nossa intenção, através do presente Plano de Lei, prestar a justa homenagem ao homem que sempre trabalhou para o engrandecimento da agricultura do Paraná e de todo o nosso País.

A pessoa que procuramos homenagear é natural de Cerqueira César, Estado de São Paulo. Em 1944, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O extenso curriculum, que apresentamos em anexo, vem comprovar todos os benefícios executados, bem como os cargos exercidos pelo ilustre homem público, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o devido apoio para o presente projeto, como também sua posterior aprovação.

GERVÁSIO TADASHI INOUE

CURRICULUM-VITAE

#### I- DADOS PESSOAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Nascido em Cerqueira César- Estado de São Paulo, em 20 de março de 1918.

- Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1944.

- Curso de Crédito Agrícola na International Cooperation and Administration Of Agricultural Credit U.S.A.

#### II- CARGOS EXERCIDOS

- Membro do Conselho fiscal da Cooperativa Agrícola de Cotia desde 1942 a 1944

- Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia a partir de 1945.

- Vice-Presidente da União das Cooperativas do Estado de São Paulo- (UCESP).

- Diretor da União Nacional das Associações Cooperativas - UNASCO.

- Membro do Conselho Coordenador do Centro Tropical de Pesquisa e Tecnologia de Alimentos.

- Membro do Fundo de Fomento e Propaganda do Cooperativismo.

- Membro da "Comissão Orientadora de Eletrificação Rural" DAEE da Secretaria da Viação.

Diretor da Associação Paulista de Avicultura (APA).

- 2º Tesoureiro da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)-- (04.06.1968).

- Representante do Movimento Cooperativista, na Federação dos Clubes Agrícolas.

- Vice-Presidente da Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo- ACAPESP - (1966).

- Presidente, em exercício, da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo- FECAPESP - (1967).

- Presidente da Aliança Brasileira das Cooperativas- ABCOOP- (1966).

- Membro do Conselho de Administração do CEAGESP.

- Membro do Rotary Clube de São Paulo, desde 1956.

#### III- CARGOS ATUAIS

- Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia- Cooperativa Central, desde 1956.

- Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, desde 1962.

- Presidente da Associação Pró-Colaboração Internacional de Agricultores do Brasil, desde 1967.

- Diretor Presidente da Cooperativa Central Agrícola e de Colonização do Brasil, desde 1966.

- Diretor Presidente da CAC- Cooperativa Regional de Crédito Rural Ltda, desde 17 de abril de 1968.

- Membro da Câmara do Comércio Brasil-Canadá- desde 1977.

- Membro do Conselho Empresarial Brasil- Estados Unidos- Seção Brasileira, desde 1976.

#### IV- TÍTULOS E CONDECORAÇÕES

- Medalha do Mérito Cooperativo da Cooperativa Central Nacional do Japão, em 14 de dezembro de 1959.

- Título de Cidadão Carioca, em 16 de abril de 1960.

- Título de Cidadão da cidade de Capão Bonito- Estado de São Paulo, em 22 de junho de 1963.

- Título de Cidadão da cidade de Soro-

caba Estado de São Paulo, em 26 de março de 1966.

- Cooperativista do ano de 1966.
- Medalha José Bonifácio da Sociedade Nacional da Agricultura, em 25 de agosto de 1967.
- Medalha do Mérito Agrícola Seção Divulgação em 12 de dezembro de 1969.
- Homenageado pela Associação Comercial de São Paulo, como Homem do Comércio de 1969.
- Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial em 20 de abril de 1976.
- Título de Cidadão Paulistano, em 22 de setembro de 1976.
- Título de Cidadão da Cidade de São Gotardo - Estado de Minas Gerais, em 30 de setembro de 1976.
- Prêmio AGRICULTURA DE HOJE/77 - Cooperativismo - dos Editores Bloch, em 19 de setembro de 1977.
- Condecoração Ordem do Tesouro Sagrado, no 3º grau, em 2 de maio de 1978, do Governo Japonês.
- Medalha Mérito Cooperativista em 30 de junho de 1978, do Governo do Estado de São Paulo.
- Comenda do Valor Cívico, em 7 de março de 1979, do Governo do Estado de São Paulo.
- Ordem do Ipiranga em 21 de abril de 1981, do Governo do Estado de São Paulo.
- Título de "Cerealista do Ano", do ano de 1983, concedido pela Bolsa de Cereais de São Paulo, em 17 de agosto de 1984.
- Título de Cidadão Linense, em 26 de julho de 1986, em Lins- SP.
- Título de Cidadão Pontagrossense, em 12 de setembro de 1986, em Ponta Grossa- Pr.
- Título de Cidadão da cidade de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, em 05 de abril de 1987.

#### V - OUTRAS ATIVIDADES

- Membro de diversas missões oficiais da Presidência da República em viagens ao exterior.
- Membro do Alto Conselho Agrícola do Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI N° 251/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Telêmaco Borba, passa a contar, na próxima legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme certidão do Juízo Eleitoral da 111ª Zona, em anexo, o total de eleitores cadastrados até 12 de setembro de 1986, no município de Telêmaco Borba, é de 32 mil, 932, sendo que após a referida data não foram expedidos novos títulos.

Outrossim, a matéria obedece ao disposto no artigo 35, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 27, de janeiro de 1986.

Por ser de justiça e amparado pela legislação, apresentamos o presente Projeto, esperando o apoio dos demais Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não havendo expediente a ser lido, passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, a representação do PT, o nobre Deputado Pedro Tonelli. (Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação do PDT. (Declina)

Havendo declinado, com a palavra a representação do PDS. (Ausente)

Estando ausente, com a palavra a representação do PL. (Declina)

Havendo declinado, com a palavra a representação do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Como é que fica?

Essa é a pergunta que faz o professor paranaense, diante da perspectiva da extinção do IPE, através do artifício da unificação progressiva de todos os serviços públicos de previdência.

A preocupação dos professores ficou claramente demonstrada na publicação "IPE: COMO É QUE FICA?" inserida na "Folha do professor", edição do último dia 22 de agosto.

Aliás, a mesma publicação menciona a existência de estudos visando acabar com o atendimento ambulatorial no IPE, atendimento que passaria a ser exercido por um "sistema único de saúde".

Ora, Sr. Presidente, não é difícil constatar que, de fato, há motivos de sobra para preocupação. Preocupação não só para os professores, mas para todo o funcionalismo, conforme manifestação da própria Associação dos Servidores Públicos do Paraná, ao denunciar a tentativa de massificação do atendimento previdenciário prestado à classe.

A origem de tudo reside no disposto num anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, integrante da Comissão de Ordem Social, da Assembléia Nacional Constituinte. O que se propõe ali, é a unificação progressiva de todos

os regimes públicos de previdência. Ou seja, no caso do Paraná, para exemplificar, os servidores públicos hoje associados ao IPE, passariam a receber serviços previdenciários de um órgão federal. O mesmo aconteceria com os funcionários do Município de Curitiba, hoje atendidos pelo IPMC, ou por aqueles assistidos pela CAPSMEL, em Londrina, e assim por diante.

Contra esse absurdo, algumas vozes já se fizeram ouvir, tal a insegurança que a proposta gerou, tão logo conhecida.

Foi nesse sentido o posicionamento da Associação Brasileira dos Institutos de Previdência - ABIP, por considerar a unificação inoportuna e de resultados questionáveis e preocupantes aos servidores públicos estaduais e municipais. E isso porque os atuais serviços, em sua maioria, por mais imperfeitos ou falhos que sejam, seriam ainda incomparavelmente melhores do que qualquer alternativa que a união tenha a oferecer em troca; serviços - diga-se de passagem, que nada custam aos cofres públicos federais e que aliviam sobremaneira o sistema nacional de assistência e previdência!

Além disso, não custa lembrar que a unificação do sistema previdenciário, imposto pela união, anos atrás, em nada melhorou o atendimento: ao contrário, acabou por nivelar por baixo serviços que funcionavam muito bem, como eram os casos do IAPB e do IPASE.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no caso o argumento maior a ser considerado, é a absoluta falta de discussão do problema. Com efeito, a classe interessada - os funcionários públicos, em momento algum puderam debater a inovação proposta, que se quer impingir-lhes goela abaixo. Ora, convenhamos, não é para isso que se quer dar ao País uma nova Constituição. Uma Constituição que, antes e acima de tudo, deve refletir os anseios e as aspirações dos diversos segmentos da população brasileira, um dos quais representado justamente pela valorosa classe dos servidores públicos.

Daí, a preocupação que toma conta das entidades representativas dos servidores. Da APP, da ASPP e, por certo, de todas demais.

Afinal de contas, para nos atermos ao Paraná, se o atendimento médico-previdenciário prestado pelo IPE não é ainda aquele desejado e a que faz jus a classe, pior ainda ficaria se esse atendimento viesse a ser englobado a outros, reconhecidamente ineficientes e mal estruturados.

Na verdade, o que o funcionalismo quer e exige, é que o IPE funcione. E funcione a contento. Que o órgão preste aos servidores um atendimento à altura de suas necessidades e em retribuição ao que cada um

vê descontado mensalmente, em sua folha de pagamento.

O que o funcionalismo realmente quer e exige, é que o Governo do Estado cumpra sua parte, repassando ao IPE os recursos que, por lei, lhe são devidos, ou seja, aqueles famosos três por cento há muito reclamados e que as sucessivas administrações teimam em embolsar, deixando o funcionalismo a ver navios.

De qualquer forma, Sr. Presidente, não obstante tal incompreensão, não há como defender ou argumentar em favor da massificação ora pretendida. Isso porque, claro está, aos servidores não convém e não interessa a centralização preconizada.

Oportuna pois, é a manifestação de alerta que sobre a questão fazem a Associação dos Professores do Paraná e a Associação dos Servidores Públicos, convidando as demais entidades representativas da classe a se unirem na defesa daquilo que lhes pertence.

De fato, é preciso estar atento. E atentos estaremos na defesa dos interesses dos servidores públicos estaduais e municipais, diante dessa nova ameaça, como, tenho certeza, também estarão os demais Srs. Deputados.

Afinal, da Constituinte, o País espera mudanças, mas, sobretudo, mudanças que contribuam para melhorar as condições de vida de toda a população. Mudanças responsáveis e voltadas para a segurança e o bem-estar de todos. E não é isso exatamente o que virá a acontecer, caso de dê a extinção de órgãos como o IPE e a massificação de serviços como o que é por ele prestado.

Daí, Sr. Presidente, o apelo que faço a esta Casa e ao próprio Executivo estadual, no sentido de que também se posicionem, saindo em defesa de um patrimônio que não é apenas dos servidores públicos paranaenses, mas que é, acima de tudo, um patrimônio do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à representação do PTB.

O PTB concede à representação parlamentar que foi a Foz do Iguaçu, o seu horário.

Com a palavra, o Deputado Coordenador da Comissão, Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, nós estamos encaminhando à Mesa um requerimento para que esta Assembléia se manifeste sobre os acontecimentos em Foz do Iguaçu.

(Lê): "Solicitamos a esta Assembléia que se manifeste em telex ao Sr. Presidente da República, manifestando a preocupação deste Legislativo, no sentido da pre-



sença da tropa do Exército de maneira ostensiva e indevida, que afeta a autonomia do Estado do Paraná, principalmente porque os argumentos apresentados para tal ação, nós verificamos serem falsos."

Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Esse Deputado quer ser informado pela Mesa em que o horário fala o Deputado Paulo Furiatti e por quanto tempo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Quem cedeu a palavra à Comissão, foi o PTB, e o tempo é de oito minutos e trinta segundos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Não, apenas para registrar que é oportuna a presença do Deputado Paulo Furiatti, porque certamente vai discorrer sobre a ida da Comissão desta Casa a Foz do Iguaçu, para saber os acontecimentos que envolveram, da greve havida lá, com os empreiteiros de Itaipu, mas porque com isso abriu-se um precedente nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa tem concedido e tem atendido a cessão da palavra pelos Partidos. E, como se trata de um assunto urgente e urgentíssimo, esta é mais uma razão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, na condição de líder de uma bancada, vejo-me na obrigação de dizer que cabe à liderança de qualquer partido, ceder o seu horário a quem quer que seja. E a Bancada do PDT cedeu o seu horário a um dos integrantes da Comissão, e eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que do horário fosse descontado o tempo gasto em questões de ordem improcedentes.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, este Parlamentar, em sessões anteriores, fez um requerimento à Mesa pedindo que os horários das lideranças fossem cedidos aos liderados das suas Bancadas, isso conforme consta no próprio regimento da Casa.

No entanto, entendemos que hoje é uma situação excepcional, em função da ida dos parlamentares a Foz do Iguaçu, mas, de agora em diante, que se respeite o que diz o Regimento da Casa.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem). Sr. Presidente, eu naturalmente, e como esta Casa quer ouvir o pronunciamento do Deputado Paulo Furiatti. Mas quero registrar, neste momento, que numa oportunidade em que eu estava usando a tribuna e me foi concedido o horário pelo PDT, para concluir o meu pronunciamento,

fui impedido em nome do Regimento Interno desta Casa.

Portanto, hoje realmente já foi registrado pelo nosso Líder, mas se abriu um precedente e esperamos que numa oportunidade em que nós necessitamos de tempo, que ele nos seja concedido, conforme esse precedente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Enquanto eu estiver na presidência, respeitarei democraticamente o direito de cessão; outro presidente pode ter outra orientação. Normalmente eu já respeito, e agora então, com a ausência do assunto, mantenho a minha decisão.

A palavra está concedida ao Deputado Paulo Furiatti, com os descontos das interpelações.

O SR. PAULO FURIATTI - Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a comissão composta dos Deputados Raul Lopes, Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli, foi até Foz do Iguaçu verificar o que estava ocorrendo da "República de Itaipu".

O que nós observamos quando chegamos lá? Tropas do Exército, sem absolutamente nenhuma necessidade. Ouvimos relatos, na Câmara Municipal, dos sindicalistas, dos trabalhadores, uma comissão composta dos Deputados Raul Lopes, Paulino José Delazeri e Haroldo Rodrigues Ferreira, percorreu vários locais, conversaram com a Diretoria de Itaipu. E o que nós observamos: a greve se restringe aos funcionários da construção civil, que são responsáveis pelas obras de construção civil e de armações industriais.

Em ata dos trabalhadores consta que a greve não é uma greve de operações, e não sendo de operações, os trabalhadores sequer impediram a entrada dos operários em Itaipu.

Portanto, a usina Hidrelétrica de Itaipu, por determinação da assembleia dos trabalhadores, não seria paralisada. Ora, não sendo paralisada e não colocando em risco a operação da Usina, não haveria absolutamente nenhuma necessidade daquele aparato militar.

E mais: os operários que mantêm a Usina funcionando, são operários da própria Itaipu, e de um outro sindicato dos urbanitários, cujo dissídio de trabalho não é agora em novembro. Portanto, em nenhum momento a Usina de Itaipu correu o risco de ser paralisada. Este argumento é falso, com o que os próprios diretores da Itaipu concordaram, assim como a unanimidade dos sindicalistas.

Tem mais: hoje, abrindo o "Estado do Paraná", vê-se que as empreiteiras vêm

tentar justificar a presença do Exército, dizendo que é para garantir a operação de Itaipu. Pelo que nós observamos, as tropas do Exército, são para garantir essas empreiteiras e dizem ao jornal "O Estado do Paraná", que os operários estariam impedindo funcionários moradores da "Vila C", de irem até o trabalho. Não existe mentira mais escandalosa, porque nós fomos até a Vila C.

Baionetas apontadas para o Deputado Nereu Carlos Massignan, controle rigorosíssimo de quem entra e sai daquela Vila, e pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os operários estão sendo impedidos de sair da Vila C pelas próprias tropas do Exército, com canhões Urutu apontados para as casas dos operários, numa lamentável demonstração de força, desnecessária, em território paranaense por obra e graça do General Ney Braga, que tenta demonstrar força convocando tropas militares.

Brasileiros humilhados por um Exército que é mantido às custas do povo, e se deve existir, deve sobretudo existir para defender as nossas fronteiras contra inimigos externos e não contra trabalhadores pobres, humilhados, que lá se encontram.

É uma ironia, porque é em Foz do Iguaçu, via fronteira, que temos os relatos de contrabando de drogas, de armas e de automóveis, de desrespeito à fronteira, mas não vemos aquele aparato para coibir isso, mas sim, para colocar metralhadora na boca do trabalhador.

Isto nós vimos lá, e se aqui estou falando, falo com autoridade de quem foi lá ver, pois nós seis Deputados, vimos este lamentável episódio. Digo mais, o governo paralelo de Itaipu, que se dá ao luxo de montar este aparato, sequer preocupou-se em verificar as reivindicações dos trabalhadores, trabalhadores que, enquanto estavam deliberando em assembleia, os tanques já estavam chegando antes da decisão final.

A quem interessa uma demonstração de força, como essa, em território paranaense ou em qualquer local deste País? A quem interessa? Digo com a mais absoluta convicção, porque se qualquer um dos demais parlamentares dessa Casa estivesse conosco, se sentiria indignado em ir visitar a Vila dos operários e verificar aquele tamanho aparato, em que pararam o nosso carro e deu-se a impressão até de soldados despreparados, porque são despreparados, não são preparados para atuar nos movimentos sociais e lidar com brasileiros, que somos amigos. São formados para lutar contra inimigos e ter a raiva de cumprir a ordem, a raiva que vimos na face do soldado que apontou a arma para o Deputado Nereu Carlos Massignan.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos, nós fazemos aqui na tribuna desta Assembleia, um apelo no sentido democrático de cada Parlamentar. E quando dissemos na Vila operária, numa assembleia de trabalhadores, que estávamos em nome do Poder Legislativo, como Deputados, não como indivíduos mas representando o Poder, sentíamos na face de cada operário a esperança de que o Poder Legislativo não se curve a atos arbitrários como esse.

Sem dúvida nenhuma, que resta aos movimentos sociais, poderes constituídos, como o Poder Legislativo.

Verificamos, conversamos. Daí o nosso requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da absoluta desnecessidade daquilo que vimos lá. Principalmente, que fique registrado aqui, Sr. Presidente, que os operários da "Vila C", acusados pelas empreiteiras, através dos grandes jornais, sequer podem ir para suas casas, porque no domingo à noite, o episódio da manifestação do Exército empurrou para dentro da vila alguns que sequer moram lá e eles não conseguem ir para casa trocar de roupa. É estranho que isto esteja ocorrendo, porque o Exército está impedindo os trabalhadores e eles estão sitiados.

É mister, Senhores Deputados e Senhor Presidente, que este Poder se manifeste, sob pena de daqui a pouco nós estarmos sendo comandados por funcionários de terceiro escalão, que se sentem no direito de requisitar tropas federais com argumentos falsos. E se nós temos compromissos com a transição democrática, e se nós temos compromissos com os preceitos constitucionais, nós não podemos permitir isso.

O que será deste País se qualquer funcionário subalterno, como é o General Ney Braga, num determinado momento resolver convocar tropas federais e essas tropas federais começarem a ocupar?

Portanto, Senhor Presidente, me cheira muito mal este episódio. E fica aqui o nosso apelo para que os Senhores Deputados dêem uma demonstração, no dia de hoje, aprovando o nosso requerimento, para que o Senhor Presidente da República saiba que este é o Estado do Paraná sob a vigência de um Estado democrático, e sob a vigência de homens que estão preocupados em manter a democracia.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com a mesma liberalidade que Vossa Excelência concedeu a palavra ao Deputado Paulo Furiatti sobre o episódio de Itaipu, nós consultamos Vossa Excelência se o mesmo tempo nos será concedido para, sobre o assunto, também usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A representação da Frente Liberal declinou do seu tempo. Mas, se Vossa Excelência, quiser será inscrito em Explicações Pessoais e se desejar, pode falar até agora.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para não perder a oportunidade, serei rápido Senhor Presidente, agradecendo a concessão desses minutos que serão rápidos.

A Bancada da Frente Liberal, em momento algum negou a solidariedade aos trabalhadores das empresas envolvidas na greve de Itaipu.

Em momento algum posicionou-se favorável às agressões, inclusive, físicas que lá aconteceram, não sabe este Deputado se pela força do Exército ou da Polícia do Estado. Apenas para reparar o que se falou muito aqui, ontem e anteontem, quanto a pessoa de Ney Braga, dizendo que teria sido obra dele a responsabilidade da presença do Exército, da Polícia Militar lá em Foz do Iguaçu.

Hoje o Deputado Paulo Fuariatti mudou seu discurso. Ele não poderia ter deixado de citar Ney Braga, porque a este nome ele referiu-se algumas vezes anteriormente, mas com as suas próprias palavras fala Sua Excelência da presença do Exército e da força da Polícia Militar, porque o Governo Federal, que é do seu partido tem responsabilidade; porque o Governo do Estado do Paraná tem responsabilidade, mas é governo diz que não é governo.

É somente este esclarecimento que cabia à nossa Bancada, não a defesa política do ilustre ex-governador e Ministro Ney Braga, mas em defesa da verdade e da justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PMDB. Com a palavra o Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Gostaria de indagar a todos os nobres Parlamentares, quanto dos Senhores, ontem pela manhã, ao adentrarem em seus gabinetes, se lembraram de cumprimentar aquela meiga, simpática e indispensável companheira, que no afã do dia a dia, coloca em ordem e agiliza a maior parte da burocracia dos nossos gabinetes parlamentares.

Sou capaz de julgar, ou melhor, quero supor que muitos dos meus companheiros esqueceram-se da significativa data.

Pois bem, meus Senhores.

Para aqueles que facilmente se esqueceram, vou recordá-los:

Ontem foi o Dia da Secretária!

O dia em que se comemorou, de Norte a

Sul, de Leste a Oeste, em todo o País, o Dia da Secretária.

Falar da Secretária, e falar bem, é tarefa fácil para todos nós.

Quem dos Senhores já não foi acudido em momentos importantes, em que urgentes providências necessitavam de ser tomadas, para viabilizar ou dar continuidade aos trâmites burocráticos, que de sol a sol, fazem uma constante das nossas lides políticas?

Quem dos Senhores ainda não se apercebeu que ao seu lado se encontram pessoas de capacidades memoráveis, que na maior parte do tempo, sorrateira e despercebidamente, não raro ultrapassam seus horários oficiais de trabalho, para voluntariamente contribuir com o nosso sucesso?

Observem companheiros!

Muitos são os seres humanos, que no anonimato da vida, derramam o seu suor, e esmeram-se tão somente para servir.

Um pouco de reconhecimento, um pouco de gratidão, talvez, seja a simples recompensa que de todos nós se espera.

Quero neste instante, em nome de todos os Deputados desta Casa de Leis, de todos os Executivos da Nação Brasileira, e especialmente em meu próprio nome, apresentar nossos agradecimentos, e cumprimentar a todas as Secretárias do Brasil pelo transcurso desta memorável data!

Salvas à Secretária!

Muito obrigado.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, liguei a televisão no Jornal da Bandeirantes, prestei atenção sobre a pena de morte, que foi rejeitada, passei para a Rede Globo, e, depois, na Rede Manchete de Televisão e ao ver o jornalista, brilhante jornalista brasileiro, Alexandre Garcia, ironizado, rindo, senti uma profunda tristeza, fiquei magoado e revoltado com o que eu assistia na televisão. O traficante de drogas não vai sofrer punições na nova Constituição, pode ser preso, o crime vai ser afiançável, o traficante paga, sai, continua vendendo cocaína, continua vendendo maconha, continua matando os filhos do Paraná! O terrorista pode aterrorizar, pode matar, pode assaltar, que o crime pode ser afiançado.

A Deputada Rute Escobar, ao sair do meu Partido disse que o PMDB de São Paulo, acobertava traficantes de cocaína. Ontem, realmente me apavorei, em frente da televisão, com um seqüestro que houve no ônibus da Sul-Americana, com respeito aos

brilhantes policiais que honram a gloriosa farda da minha Polícia Militar, com respeito aos policiais da Polícia Civil e da Polícia Militar, uma jovem, cujo nome não citarei, foi estuprada pelo cabo Wálter, e está internada num hospital do Paraná e foi submetida a uma cirurgia. A barbaridade que este cabo fez com esta jovem merecia, no meu ponto de vista, a pena de morte! Porque o que ele fez com esta jovem vai lhe custar psicóloga, vai lhe custar médico, vai lhe custar uma vida inteira, porque a jovem, além de virgem, ele a deflorou, a violentou, a rasgou, unindo os dois ângulos genitais. Um negócio estarrecedor. E ainda não querem a pena de morte neste País!

Eu sou a favor da pena de morte. Vou lutar pela pena de morte na Constituinte do Paraná, como fazem vários Estados, nos Estados Unidos. Vou lutar para que o traficante de drogas, quando ele for preso ele não tenha fiança. Ele seja preso imediatamente, seja condenado por um Juiz Federal e que a pena mínima seja 15 anos de reclusão. Para o viciado sim, eu quero que o governo construa neste País centros educacionais, com psicólogas, professoras de educação física, com médicos, com pastores evangélicos, com igrejas Evangélicas, com Igrejas Católicas, com professores entendidos, como o Dr. Eder Soares Vargas, da minha cidade, com um "Know how", uma experiência inédita, no combate à droga, para salvarmos o dependente.

Mas, não posso admitir Senhor Presidente, nesta manhã de quinta-feira, não posso admitir, nem hoje, nem amanhã e nem depois, que a Constituinte, que os Senhores Constituintes em quem eu votei, que os Constituintes que estão em Brasília, derubassem ontem a pena de morte... pelo amor de Deus, por milhares de mães e pais que choram lágrimas de sangue, de ver neste Paraná e neste Brasil cadáveres ambulantes desfilando pelas ruas, na cocaína e na maconha, cadáveres ambulantes, os jovens se matando no meio de entorpecentes.

Porque para mim, a violência da toxicomania é o pior flagelo da humanidade. Ela rasga, ela destrói, ela violenta a moral e os princípios da família pobre, da classe média e da classe rica deste País. E não posso permitir que um traficante seja preso com 3,4 quilos de cocaína, ou com 10 quilos de maconha, seja levado a uma Delegacia de Polícia e que o seu ato seja um crime afiançável. Vai lá o advogado, paga a fiança, ele sai rindo na cara da Polícia Militar, ele sai rindo na cara da Polícia Militar Federal, ele sai rindo na cara da Polícia Civil. E os nossos filhos ficam a mercê desta corja de assassinos, de canalhas, de vagabundos, que violentam e destroem os filhos do meu Paraná, os filhos da Nação brasileira.

brasileira.

O meu voto de repúdio contra esta estupidéz cretina e violenta a qual eu assisti ontem em todos os órgãos de comunicação de meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado a Hora do Expediente, passamos à

#### ORDEN DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor a "Comissão Parlamentar de acompanhamento como observadores aos acontecimentos em Foz do Iguaçu". À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 153/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Rio Bom - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Rio Bom, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 81 de 11.08.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 153/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Domingos Scarpellini, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rio Bom - APMI, com sede e foro no Município de Rio Bom, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 154/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Fundação Social e Cultural de Guarapuava, com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 82 de 12.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 154/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 154/87, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, visa seja a Fundação Social e Cultural de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava, neste Estado, declarada de Utilidade Pública.

Examinado sob o respaldo da legislação aplicável à espécie, Lei n. 6.994, de 10.01.78, observa-se que o referido Plano de Lei atende às exigências nela estabelecidas.

Assim, conforme documentação anexada, inexistem óbices para que o mesmo prossiga em sua tramitação por esta Casa de Leis, merecendo sua conseqüente aprovação.

O parecer lhe é favorável.

Sala das Sessões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Solicito que a Mesa, informe sobre a Ordem do Dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Ordem do Dia de ontem será votada na sessão de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Degraf, ocorrido no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nicanor Teruo Itoh, ocorrido no dia 29 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Fabiani, ocorrido no dia 27 de setembro do corrente

ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Eu peço que Vossa Excelência fale mais alto porque lamentavelmente nós não estamos ouvindo a leitura das matérias.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa atenderá Vossa Excelência. Em votação o requerimento do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 142/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 238/87, que declara de Utilidade Pública Estadual a Estância Lar Santa Cruz, desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto n. 202/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 185/85, 35, 183, 217, 261/86, 75, 83, 104, 129, 171, 182, 186, 193, 194, 196, 201, 205, 214/87, bem como para os Projetos de Resolução n.ºs 55, 56, 57, 60, 61 e 62/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 59/87, que dispõe sobre a perda do cargo na Mesa Executiva da Casa por parte do Deputado que venha a mudar de Partido. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, Ezequias Losso e Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a volta do horário de 14 horas e 30 minutos, para a realização das sessões nas quintas-feiras. Rejeitado. À Diretoria Legislativa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente.

...

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Anibal Khury)  
Aliás, a Mesa indaga de Vossa Excelência se Vossa Excelência solicita a palavra para discutir, ou para encaminhamento de votação?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Anibal Khury)  
Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso, para encaminhar a votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente.

Esta Casa, pelas Lideranças das Bancadas, solicitou à Mesa Executiva, isto no ano passado, no período eleitoral - ano eleitoral -, para que as sessões das quintas-feiras, no seu Horário Regimental, passassem a ser efetuadas no período da manhã, isto é, às 10:00 horas da manhã.

Este Deputado verbalmente tem procurado alguns dos Senhores integrantes da Comissão Executiva e Parlamentares das várias Bancadas, e concluiu que nós deveríamos requerer à Mesa por escrito, na forma regimental, a volta das Sessões.

Por que?

Porque a Mesa decidiu que as Sessões fossem matutinas atendendo solicitação das Lideranças das Bancadas nesta Casa, houve, portanto, unanimidade na solicitação; agora, é do entendimento deste Deputado, Senhor Presidente, que, o expediente encaminhado à Mesa e cuja votação Vossa Excelência anuncia, não é matéria de discussão nem de apreciação do Plenário desta Casa, porque é Disposição Regimental, apenas o Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal, excepcionalmente! Mas o Regimento da Casa dispõe que as sessões sejam realizadas a partir das 14:30 horas.

Portanto, ao entendimento deste Deputado, é que rogo a Vossa Excelência para que a apreciação desse Expediente não seja submetida ao voto do Plenário, porque somente um Projeto de Resolução mudando o Regimento da Casa poderia propiciar a transferência das sessões das quintas-feiras no Horário Regimental, para de manhã.

E quero apenas dizer, também do meu entendimento o é, Senhor Presidente, já que o PMDB tem grande responsabilidade na administração e nos destinos das decisões desta Casa, dizer que, as sessões matutinas das quintas-feiras não ajudam, não contribuem em nada quanto ao processo Legislativo nesta Casa, ao contrário, o diminuem ainda mais, diminuem ainda mais o Poder, porque como se pode continuar fazendo sessões com início às 10:00 horas da manhã, a Sessão Ordinária, posteriormente as Sessões Extraordinárias, num período de

duas horas ou uma hora e meia?

Portanto, eu apelo às Lideranças do PMDB, que é a maioria nesta Casa, para que preste um grande serviço ao Poder Legislativo, não permitindo que as sessões das quintas-feiras sejam efetuadas no período matutino, e que, pelo menos às terças, quarta e quinta-feiras esta Casa se reúna à tarde como é tradicional no Legislativo paranaense.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em votação.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria de discordar do Líder do PFL, quando ele diz, que não cabe a decisão ao Plenário. Nós entendemos, ilustre Deputado Basílio Zanusso, que o Plenário é soberano, com a participação de todos os Deputados, ao votar a matéria de autoria de Vossa Excelência. Acho que é democrático, acima de tudo nós estaríamos respeitando a decisão de cada um dos Senhores Deputados. E quero me posicionar neste instante dizendo que nós que temos uma responsabilidade com a população paranaense, e residimos distantes da Capital paranaense 500, 600 quilômetros das nossas bases eleitorais. Nós entendemos a importância de que as sessões sejam na quinta-feira de manhã, para que os Deputados que têm as suas bases eleitorais distantes possam viajar na quinta-feira à tarde e atender as suas bases na quinta, sexta, sábado e domingo e ter o seu retorno na capital do Estado na segunda-feira.

Então eu gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que os Deputados entendessem, acima de tudo, os compromissos com as bases eleitorais e que nós teremos ainda o ano de 1988, um ano eleitoral, que vai depender muito dos Senhores Deputados no interior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Senhor Presidente.

Esse Parlamentar também entende que esta mudança da sessão para as quintas-feiras pela manhã na verdade não contribui em nada para o fortalecimento, para o crescimento deste Parlamento. Nós entendemos que essas reuniões rápidas, com a Or-



dem do Dia praticamente sem muito valor, apenas com horário das Lideranças, sem o Grande Expediente, sem o pequeno Expediente, ela se torna até cara para esse Parlamento, porque se movimenta toda a estrutura para uma sessão praticamente sem muita discussão, sem muita qualidade.

Eu entendo que... eu não estava aqui no ano passado ... mas eu entendo pelo, que eu pude deduzir das palavras do Deputado Basílio Zanusso, que foi um acordo de Lideranças, que não foi um Projeto de Resolução que modificou o Regimento Interno da Casa. Então, eu entendo também, para que agora, já passado o período eleitoral, se cumpra na verdade o Regimento desta Casa. Não posso concordar com o Deputado Dirceu Manfrinato quando diz que o Parlamento é democrático. Se for assim, todo dia estaremos alterando este Regimento ao bel-prazer de uma Bancada que é maioria estrondosa nesta Casa e nós da Oposição teremos que nos curvar.

Entendo, então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que é preciso se fazer valer o Regimento Interno desta Casa, se não de que adianta estarmos aqui discutindo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela- Senhor Presidente.

Nós entendemos a posição dos nobres Parlamentares quando querem a reunião pela parte da manhã. Entendemos também que razão assiste ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato quando diz que suas bases eleitorais estão a 400, 500, 600 quilômetros aqui desta Casa. Também é o nosso caso, Senhor Presidente, pois moramos no Norte do Paraná, as nossas bases eleitorais estão lá. Mas, por um lado, Vossa Excelência há de notar que tanto o requerimento feito pelas Lideranças no início desta Legislação não cumpriu a Lei, o Regimento Interno desta Casa, nobre Presidente. E agora, o requerimento do nobre Deputado Basílio Zanusso também em nada altera a situação por que o Plenário só é soberano para decidir dentro das normas, dentro das normas estabelecidas pelo Regimento Interno. Então, para regularizar a situação nesta Casa, deveria apresentar, quem tem interesse em mudar o horário, um Projeto de Resolução, nobre Presidente. Fora disso, nós não temos como fazer senão voltar às reuniões à tarde, até que se apresente o Projeto de Resolução.

Se não estaremos infringindo, novamente, mais uma vez, o Regimento Interno desta Casa.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Para Encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para Encaminhar a Votação, com a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Olha, eu não quero gastar muito tempo, eu acho que já está tudo dito aí. Eu queria simplesmente marcar posição com relação a este tema que está em discussão. Então, está tudo dito aí. Eu queria simplesmente marcar posição com relação a este tema que está em discussão. Então, simplesmente queria fazer um apelo a todos os Parlamentares desta Casa, que para o melhor funcionamento do nosso trabalho legislativo, eu acho que na quinta-feira nós deveríamos fazer as sessões à tarde. E digo mais: eu acho que nós estamos ganhando mais que Cz\$ 200 mil cruzados, vamos trabalhar 4 dias inteiros para o Legislativo e vamos deixar 3 dias livres, sexta, sábado e domingo para fazer o que quiser. Vamos pagar os Cz\$ 200 e poucos mil cruzados que nós recebemos e vamos trabalhar 4 dias inteiros.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em votação. A Mesa informa, a respeito da questão de ordem levantada por vários Senhores Deputados, com a Resolução 3/81, § 2º "a Sessão Ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva Sessão Ordinária, mediante convocação do Presidente como Sessão Extraordinária".

Está indeferida a questão de ordem.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. Rejeitado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Eu peço verificação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deferido, vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados ...

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu solicito dos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares, e às pessoas estranhas que estão em plenário, a Mesa solicita, por gentileza, que abandonem o plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lindolfo Júnior) Esta 1ª Secretaria informa que vai proceder à chamada nominal.

(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).



O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam a chamada nominal 33 Senhores Deputados.

Vai se proceder à verificação de votação do requerimento.

Onze Senhores Deputados aprovam, 22 Senhores deputados rejeitam. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando a transcrição da matéria intitulada "De maior produtor de trigo para a maior indústria do Malte", publicada no jornal "Paraná Cooperativo", órgão oficial da OCEPAR. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à empresa VOLVO, pela premiação recebida como um dos destaques do ano do Prêmio Colunistas 1987. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos jornalheiros do Paraná, pela passagem do seu dia. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a proibição de publicação de baixo nível cultural em órgãos de publicações oficiais. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela comemoração do Dia do Agente Comercial. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo reajuste na pensão dos aposentados. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, apoiando as reivindicações da Federação Nacional de Associações de Medicinas Alternativas naturais, no que se refere à inclusão do Sistema Único de Saúde, na nova Constituição. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública desta Casa de Leis, para que se programe uma visita urgente à Delegacia de Polícia do Município de Umuarama. - **Aprovado.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a concessão, por determinado período, de um trator de esteiras, para o Município de Kaloré. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância, devidamente equipada, para o Município de Cambira. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência e Assistência Social, Presidente Nacional do INAMPS e Secretário de Saúde e do Bem-Estar Social, viabilizando seja mantida a cota de reserva técnica de internamento hospitalar do INAMPS no Paraná. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a creche "Sagrada Família", do Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Instituto de Previdência do Estado, pela instalação do Centro de Hipertensão Arterial naquele Instituto. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Degraf, ocorrido no dia 29 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências junto ao DER, para que sejam agilizados os pagamentos de indenizações de imóveis desapropriados em razão da construção da estrada que liga os Municípios de Planalto a Pranchita. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à população de Clevelândia, pela realiza-

ção da XV Exposição Agropecuária e Industrial e IX Exposição Feira de Animais, realizada naquele Município. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lôbo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, agradecendo a mensagem encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado, favorável à criação da Comarca de Mangueirinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lôbo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, agradecendo a proposição encaminhada ao Senhor Governador do Estado para a criação da Comarca de Mangueirinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lôbo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública encarecendo a instalação de um Departamento de Criminalística na quinta S.D.P., do Município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio", pela passagem do 11º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando a indicação dos Senhores Deputados Eduardo Baggio, Luiz Carlos Alborghetti e da autora, para representarem esta Casa nos festejos dos 40º aniversário de emancipação política do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a implantação de uma agência bancária no Município de São Jorge do Patrocínio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia da Secretária e do Secretário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo uma unidade da Corporação do Corpo de Bombeiros para o Município de Ma-

rechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a duplicação da Rodovia Maringá-Paranavaí, no trecho compreendido entre o Município de Maringá e o Distrito de Igatemi bem como a construção do trevo de acesso ao referido Distrito. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de um posto de serviço no Município de São Sebastião da Amoreira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo uma rede de energia para o Município de 1º de Maio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo melhorias na rede de esgoto e construção de estação de tratamento no Município de Porecatu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a execução da Rede e Estação de tratamento de esgoto do Município de Cambé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação da rede de esgoto para os bairros e periferias do Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação do sistema de água e esgoto no Município de Assaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação e melhorias na rede de água e no tratamento de água no Município de 1º de Maio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação da rede de água e esgoto do Município de Rolândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação do sistema de água e a construção de um novo reservatório no Município de Centenário do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S.A., por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de um posto avançado do BANESTADO S.A., nas Vilas Casoni e Bandeirantes no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura para a delegacia do Município de São Sebastião da Amoreira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional, com o fim de viabilizar a construção de 200 casas no Município de Assaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano, viabilizando a concessão de um auxílio financeiro no valor de Cz\$ 1 milhão, 381 mil, 881 cruzados e 60 centavos, que serão utilizados nas obras de combate à erosão no centro urbano do Município de Centenário do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S.A., por intermédio da Secretaria das Finanças, pleiteando a instalação de um posto avançado do BANESTADO S.A., na Vila Oliveira, Distrito de São Martinho e Distrito de Pi-

tangueiras no Município de Rolândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a instalação de um terminal telefônico no prédio da Escola Estadual da Seção Bálamo, no Município de Assaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a doação de um ônibus para a Prefeitura do Município de Centenário do Sul, para transportar alunos da zona rural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo um ônibus para a Prefeitura do Município de Londrina, para transportar alunos da zona rural do Distrito de Lerrovile. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Pedro Tonelli, Raul Lopes, Paulino José Delazeri, e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, manifestando preocupação deste Legislativo com a presença da tropa do Exército nos acontecimentos no Município de Foz do Iguaçu. Em votação.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI- (Pela Ordem)  
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Antônio Belinati, Alexandre Ceranto e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Telepar, encarecendo a ampliação no número de aparelhos telefônicos e uma melhoria no atual sistema de telecomunicações no Município de Kallorê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenato Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Antônio Belinati, Alexandre Ceranto e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando interferências junto ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de que o horário para atendimento ao público seja antecipado para às 10:00 horas, em todo o Es-

tado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do Tribunal de Justiça e ao Governador do Estado, visando a viabilidade da elevação da Comarca de Umuarama para Entrância Final. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Itaipu-Binacional, encarecendo a interferência junto ao Ministério do Exército, para que este retire as tropas do Exército das ruas do Município de Foz do Iguaçu. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Apresentei este requerimento que se liga a um fato que aconteceu e continua acontecendo no Estado do Paraná, na Região Oeste, em que este Parlamentar teve a ação elogiosa ao delegar a uma Comissão de Parlamentares para constatar de perto o que está acontecendo e o que aconteceu, na verdade, para subsidiar com maior clareza todos os que integram esta Casa de Leis.

Estive presente, representando o Parlamento paranaense, nesta Comissão de seis Parlamentares. Talvez tivéssemos a obrigação de reproduzir para todos os que sentimos "in loco". O Deputado Paulo Furiatti já deu algumas informações coerentes, verdadeiras, talvez não pormenorizadas, para que a gente tenha ciência do que realmente aconteceu e está acontecendo em Itaipu.

É a pergunta que todo o mundo faz. Sabem o que está acontecendo? Há mais ou menos um mês que os trabalhadores, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, estão procurando as empresas, estão procurando a direção de Itaipu para negociar aquilo que era termo de um acordo firmado em junho passado. Naquele acordo, foi estabelecido entre ambas as partes, por escrito, que quando mudasse a política econômica eles voltariam a negociar reajustes salariais e outras reivindicações dos trabalhadores.

Só em junho tivemos uma inflação de mais de 20%. Em julho foi quase isto. Agosto, também. Setembro idem, mais que 10%, na verdade. Os trabalhadores, quando não aguentaram mais o arrocho, procuraram a negociação no começo do mês de setembro

com as empreiteiras e com a Binacional. Sabem qual foi a resposta? Foi a seguinte: Ou vocês aceitam o que o Governo Federal está oferecendo, que é de 14,7%, ou então aqui vai ter demissão em massa. Vamos demitir todos e iremos contratar quem nós quisermos e pelo preço que quisermos!

Esta foi a resposta que Itaipu e que as duas empreiteiras que atuam na construção civil, Unicon, principalmente, que tem a maioria, respondeu para os trabalhadores. Até que então, no domingo à noite, domingo passado, o Sindicato convocou uma Assembléia, já que havia tensão dentro da categoria, para definir e aprovar o que iriam fazer, tudo segundo os depoimentos, que constam desses documentos em posse dessa comissão, que temos aqui escritos e gravados, para quem quiser conferir. Os próprios dirigentes sindicais estavam propensos a continuar negociação, abrir mão das negociações salariais, negociar estabilidade, tanto era o clima de pânico que estava entre os trabalhadores da construção civil.

Da assembléia, 5 mil menos 4 pessoas dos presentes, aprovaram que deveriam parar de trabalhar para serem ouvidos. Nove horas da noite de domingo. Nove e meia, os trabalhadores que estavam na assembléia estavam formando os piquetes para avisar todos os trabalhadores que na segunda-feira não se deveria trabalhar na construção civil.

Dez horas da noite, a presença das tropas do Exército com canhões, tanques, carros blindados, metralhadoras. Os trabalhadores mobilizados dentro da sua Vila, na Vila Residencial onde moram com suas famílias. As tropas do Exército recuando com baioneta. Constatamos pelos depoimentos, 16 feridos, com ferimentos acentuados, presenciámos, fotografámos, trabalhadores com perfurações no lombo, nas costas. Informações tivemos de que um em estado grave foi tratado no Hospital de Itaipu e que está aqui em Curitiba porque está em estado grave. A maioria deles foi ferido pelas costas. Este foi o primeiro ato intervencionista com os trabalhadores, que queriam simplesmente serem ouvidos.

Trabalhador não pôde sair, não pôde entrar na Vila. Ontem, quando estive lá junto com a Comissão, a impressão que eu tive, estando lá, era a de que estávamos num País em guerra, ou num País que está em "estado de sítio". Eu estive na América Central há pouco tempo, estive na zona de conflito na região oriente de El Salvador e lá em El Salvador, eu, como parlamentar, não fui tratado da forma como foi tratado o Deputado Raul Lopes, na forma como foi tratado o Deputado Nereu Carlos Massignan, com baionetas apontadas no pescoço, obrigados a desembarcar do carro oficial, o

carro da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, com chapa braca, descer do carro, apresentar documento e, aliás, diga-se de passagem, um tratamento muito deselegante, não só para os Parlamentares, mas para todos os que estão em contato com as tropas, com os comandantes, com as barreiras que estão lá e sitiaram as Vilas residenciais e a obra, nem se fala. Aliás, a obra não era o objetivo do movimento nem a paralisação da obra, sua operação, fornecimento de energia elétrica.

Constatamos isso em documentos que estão aqui nesse dossiê, publicados pelos sindicatos, pelos grevistas. E agora Itaipu vem dizer que eles chamaram o Exército sob a alegação de que os trabalhadores estavam ameaçando o funcionamento desta Usina Hidrelétrica, importante para a Nação e para o mundo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o mínimo que se poderia exigir, segundo conclusão desta Comissão, é o que contém este requerimento apresentado pela Comissão a este Parlamento. Isto é o mínimo. Eu acho que poderia exigir mais. Qualquer cidadão que ocupa cargo público e que toma uma atitude arbitrária deste tipo, sem nenhum critério, que chama o Exército da forma como fez. Olha, sinceramente, acho que não merece exercer cargo público. Não pode ser Prefeito, não pode ser Governador, não pode ser Presidente da República, não pode ser Presidente de uma empresa que presta serviço público, não pode ser nada.

Portanto, Senhor Presidente e nobres Pares, gostaria de estar aqui aprovando um requerimento da Comissão deste Parlamento. Como regimentalmente vai ficar para segunda-feira, tem aqui um requerimento de iniciativa do Deputado Pedro Tonelli do PT que diz o seguinte: (Lê):

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, Presidente da Itaipu-Binacional, solicitando interferência junto ao Ministério do Exército, para que este retire imediatamente as tropas da entrada da Empresa, em Foz do Iguaçu, a serviço da repressão ao legítimo movimento dos trabalhadores da construção civil de duas de suas empreiteiras.

Senhor Presidente.

Desde o dia 27 de setembro as tropas do Exército Brasileiro ocupam as ruas da cidade de Foz do Iguaçu, particularmente das vilas onde residem os funcionários da Itaipu-Binacional e das entradas da Empresa, para reprimir o legítimo movimento reivindicatório dos trabalhadores na construção civil de duas empresas empreiteiras da Itaipu-Binacional.

O fato é gravíssimo, em primeiro lugar porque o Exército está sendo usado indevidamente, numa situação que nada tem a ver com suas funções, além do que as manobras militares deixaram já na noite de domingo, pelo menos 16 pessoas feridas a golpes de baionetas, algumas, inclusive, em estado grave, numa verdadeira operação de guerra. Em segundo lugar, porque as forças armadas estão a serviço de duas empreiteiras particulares de construção civil, num conflito trabalhista e salarial entre as empresas e seus empregados.

Hoje, dia 29 de setembro, as tropas ainda continuam a guarnecer as entradas da empresa e as entradas das vilas residenciais, proibindo a entrada e saída das pessoas, violando inclusive o princípio constitucional, da liberdade de ir e vir.

Diante do exposto, este deputado REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Telex ao Excelentíssimo Senhor Ney Amintas de Barros Braga, Presidente da Itaipu-Binacional, solicitando-lhe interferências imediatas junto ao Ministro do Exército, Gal Leônidas Pires Gonçalves, para que este retire ainda hoje o contingente do Exército das ruas da cidade de Foz do Iguaçu.

#### Teor do Telex:

"Solicitamos imediata interferência de Vossa Excelência junto ao Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, ou ao responsável imediato, para que retire imediatamente o efetivo do Exército das ruas da cidade de Foz do Iguaçu, a serviço da repressão ao legítimo movimento dos empregados na construção civil das empreiteiras da Itaipu-Binacional. Além do que, repudiamos veementemente o uso da força, as agressões e os excessos cometidos no domingo à noite que, inclusive, resultaram ferimentos em pelo menos 16 pessoas".  
Atenciosamente.

Requer, ainda, o envio de cópia deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército, Gal. Leônidas Pires Gonçalves, ao Excelentíssimo Senhor Comandante da 5.ª Região Militar e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias na Construção Civil de Foz do Iguaçu".

( Termina de ler).

Por isso, eu acho que isso é o mínimo do mínimo.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o requerimento.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Para encaminhar. Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, no episódio de Itaipu, simples-

mente verificamos a repetição da história da América Latina.

Ainda neste século, no Chile, quando 30 mil trabalhadores das minas de salitre faziam greve para reivindicar melhores salários na cidade de Iquiq, em frente a uma escola chamada Escola Santa Maria de Iquiq, de um lado os trabalhadores reivindicando a vida, o salário para produzir, para comprar alimentos, para continuarem trabalhando e de outro lado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, generais, como acontece neste momento aqui no Paraná, lá em Foz do Iguaçu. Lá foram assassinados num confronto de generais com os trabalhadores, por iniciativa dos generais, 3 mil e 600 trabalhadores.

E o que acontece hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aqui no Estado do Paraná? De um lado os trabalhadores que recebem não mais que 2,5 salários mínimos e de outro lado o general todo poderoso, ex-interventor no Estado e ex-Ministro da Educação da ditadura militar de 64 e que muito contribuiu para emagrecer as verbas que eram para ser investidas em educação neste País.

Lá está colocado o confronto novamente, Senhor Presidente, repetindo-se a história. De um lado os trabalhadores pedindo justiça, de outro o general expurgado da vida pública do Paraná pelo povo deste Estado, por duas ocasiões consecutivas.

Mas, o general todo poderoso, o general opressor, mandado por força dos tecnocratas que assumem o poder em Brasília, e dos seus velhos aliados da velha república, novamente repetindo a história e reprimindo os trabalhadores.

Eu não tenho dúvida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que se não fosse o nível de consciência política de um povo que aprendeu a se conscientizar, a exigir e a lutar no dia a dia da história deste País, este General, Ney Amintas de Barros Braga, do fadado e derrotado Partido da Frente Liberal, chamaria, novamente, chamaria novamente, Senhor Presidente, as Forças Armadas, não só para reprimir e furar de baionetas, mas sim para atirar nos trabalhadores, como já fez aqui no Paraná!

O Sr. Werner Wanderer - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. PAULINO DELAZERI - Parece-me que não cabe aparte no encaminhamento de Votação.

Mas lá está colocado o confronto, Senhor Presidente, o General, diretor-presidente de uma binacional, que administra bilhões de dólares, sem a fiscalização de nenhum órgão público da sociedade representativa, da sociedade brasileira, está lá a chamar as Forças Armadas para reprim-

mir os trabalhadores já oprimidos pelos salários que lhes são pagos pelas empreiteiras, alinhadas, e que Ney Braga defende!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta malfadada Itaipu-Binacional, que tantos homens e mulheres já soterrou nos seus canteiros, esta malfadada Itaipu-Binacional, dos generais tecnocratas, que não consultaram nenhum segmento da sociedade brasileira para encaminhar aquele empreendimento, eu não tenho dúvida também que é o maior de todos os antros de desvios administrativos que esta Nação já viu. Digo isso, Senhor Presidente, por que? Porque assisto lá na minha terra, no Oeste do Paraná a intervenção branca do general-presidente, Ney Braga, nos Municípios de Segurança Nacional, levando o desconforto àquelas comunidades da região Oeste do Paraná e intervindo administrativamente nos Municípios, como acabou de fazer aqui no Estado do Paraná, passando por cima da figura política administrativamente legítima, que o povo outorgou, o Governador Álvaro Dias, chamando as Forças Armadas para reprimir os trabalhadores!

Aquele antro chamado Itaipu-Binacional, com cujos diretores ontem tivemos contacto, e que chamam os trabalhadores de "eles" e nós, nós estamos do lado de cá e "eles" estão do lado de lá. "Eles" estão nesta sociedade para construir, gerar e criar riquezas e nós estamos aqui para nos locupletar. É este o pensamento da tecnocracia da Itaipu-Binacional!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, lá está o Exército Brasileiro, com fuzis, metralhadoras, canhões, apontados para os trabalhadores, encurralados na Vila C, da Itaipu-Binacional!

E aqui cabe uma reflexão mais profunda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como disse o Deputado Paulo Furiatti: - "Um General Presidente, expurgado do Poder Público, pelo voto popular, tem, neste País, a competência para convocar as Forças Armadas", e que, não tenham dúvidas, as Forças Armadas não estão lá somente para reprimir os trabalhadores, mas para dar a uma demonstração de força, para mostrem que, neste país os donos do poder real ainda são os generais!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, lá, mais uma vez se repete a História, e nós viemos aqui para dizer que constatamos "in loco", presentemente, de que o argumento mentiroso, e eu tenho a tranquilidade de dizer isso, o argumento mentiroso do general Ney Braga, de que convocou as Forças Armadas para proteger os trabalhadores que queriam continuar trabalhando na geração e distribuição de energia, é mentira porque isto foi afirmado pelos próprios diretores ontem, quando esta Comissão



lá esteve.

Em nenhum momento os trabalhadores da construção civil impediram que trabalhadores do outro setor de geração e distribuição de energia pudessem trabalhar. Fomos ao Sindicato deste outro setor e eles nos disseram que nunca foram impedidos de entrar na obra. Fomos ao Sindicato da Construção Civil, e eles nos afirmaram, está aqui a nossa carta-programa que orienta a nossa greve e nela há um compromisso de não impedir a passagem de quem queira trabalhar.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, cabe aqui uma reflexão porque temos em andamento a nova Constituição. Se hoje, um homem de segundo e terceiro escalão tem poder neste País para convocar as Forças Armadas, agora, na Constituinte, ainda não ocorre o que queremos, pois queremos as Forças Armadas defendendo as fronteiras do País contra o possível inimigo externo, e não para intervir política e socialmente no Brasil.

Mas a nova Constituição haverá de corrigir parcialmente este erro cometido até hoje pela ditadura militar. As Forças Armadas só poderão comparecer a um movimento político ou social no Brasil, a partir do momento que um dos três Poderes constituídos as chamarem, e não um varrido pelas urnas, como é Ney Braga, que tem toda a autonomia neste momento para chamar as Forças Armadas para reprimir, com baionetas e com armas muniçadas, os trabalhadores que reivindicam melhores dias.

Este é um depoimento que haverá de ser contestado por aqueles que defendem ainda os velhos generais, porque certamente através da Itaipu lhes facilitam muito a vida política eleitoral. Deveremos ser contestados, sim; temos apaniguados de Ney Braga, que lá está indevidamente porque já foi pela população colocado fora do poder público. Estes, que têm as facilidades políticas e eleitorais nos momentos de disputa de poder facilitadas pelo general Ney Braga, através da Itaipu-Binacional, sem controle social, sem controle administrativo, no plano da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

O SR. WERNER WANDERER - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. WERNER WANDERER - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O nobre deputado Paulino José Delazeri no dia que ele chegar no final da sua vida, e fizer o que este homem público general Ney Braga fez pelo Paraná, nós poderemos, e eu gostaria de fazer, levantar um

monumento a este jovem parlamentar que hoje critica todo o mundo e acha tudo errado.

Nobre colega Paulino José Delazeri, eu gostaria de fazer algumas observações ao seu pronunciamento. Primeiro, discordar totalmente da forma desairosa, inclusive, como Vossa Excelência fala do ex-Governador Ney Braga; ex-Ministro da Educação, Ney Braga; ex-Ministro da Agricultura; ex-Prefeito de Curitiba; ex-Deputado Federal, que ganhou todos esses mandatos. E não é porque perdeu uma eleição, uma apenas que ele vai deixar de ser aquilo que ele é, e que o Paraná inteiro reconhece o trabalho que ele fez por este Estado.

Segundo, fazer uma colocação. O PFL não tem absolutamente nada a dever com a greve lá em Itaipu, já que são as empreiteiras da Itaipu com os funcionários lá. Então, o PFL do Paraná não tem nada a ver com esta greve, que é uma greve deles.

Agora, o que nós não podemos aceitar, o PFL, já que Ney Braga é filiado ao PFL, não podemos aceitar essas colocações de Vossa Excelência. E eu faço algumas observações.

Eu represento, como Vossa Excelência, aquela Região, e não posso admitir que lá exista intervenção branca, em Itaipu, nos Municípios que o Lago de Itaipu abrange.

Hoje de manhã, quando eu fazia um pronunciamento na Televisão - Canal 12, onde fui entrevistado, eles me perguntavam:

"- Essa intervenção que os jornais estão publicando, já que o Prefeito de Marechal Rondon e o Prefeito de Santa Helena estão dizendo que o Ministro Ney Braga em Itaipu está fazendo uma intervenção nos Municípios, e isto também foi dito pelo Governador Álvaro Dias?"

Nós discordamos totalmente, porque o Prefeito de Marechal Rondon pediu por escrito à Itaipu uma série de obras, cuja documentação está lá, como está a documentação do Prefeito de Santa Helena, está documentado, em Santa Helena, lá em Itaipu, que o Prefeito pediu uma série de obras.

Agora, eu estranho muito - aqui temos um companheiro nosso que no momento não está presente, está trabalhando nas Secretarias - que o Deputado Gernote Kirinus, quando se iniciaram as obras de Itaipu, ele fez campanha baseada contra Itaipu, como também o ex-Deputado Estadual e hoje Deputado Federal Nilton Friedrich, atual Constituinte, que tanto falou contra Itaipu. No entanto, quando Itaipu foi inaugurada, lá estavam presentes e dizendo que realmente reconheciam que era uma das maiores obras deste País!

O que está acontecendo na realidade é que o PMDB está "louco" para ser governo lá em Itaipu, esta é que é a realidade!



E eu vou mais além, o Prefeito de Foz do Iguaçu, que é do PMDB, o Prefeito de Guaíra, que é do PMDB, eles elogiam o trabalho de Itaipu. Agora vem Vossa Excelência dizendo que Itaipu está fazendo um Governo paralelo, está fazendo intervenção branca?

Isto não é verdadeiro, Deputado!

Eu vou continuar também dizendo o seguinte:

Eu, para mim, acho que Ney Braga é um "super-homem" neste Paraná, é o "super-homem" do Brasil, porque ele tem poder para trazer o Exército, a Polícia do Governo, Polícia Militar do Governo do Estado do Paraná, a Polícia lá está, do Governo Álvaro Dias, está lá. Ney Braga tem tanta força, por isso estou achando que ele é o "super-homem" deste País!

Agora, eu ouvi uma declaração, ontem, do general, que dizia o seguinte, que ele recebera ordem expressa do Ministro do Exército para mandar as tropas. Evidentemente que, se ele mandou, se o Ministro do Exército mandou as tropas lá, e o Ministro do Exército não tem Partido, que se o tivesse, seria do PMDB, mas ele não tem Partido, as Forças Armadas estão acima dos Partidos, as Forças Armadas, aí estão sim, para garantir o bem da União.

Eu dizia hoje de manhã, na Televisão, que se houvesse acontecido alguma coisa como um colapso de energia no Sul do País, aí sim iriam culpar a quem? Mais uma vez culpariam, o general Ney Braga, mais uma vez ele seria o culpado. Então ele, dentro da atribuição que tem, solicitou o apoio das Forças e as Forças lá estão, para garantir exatamente a tranqüilidade dos empresários, que não têm tranqüilidade porque maus brasileiros não querem dar tranqüilidade!

Então, hoje, esses empresários que têm grandes empresas, pequenas empresas, médias empresas, estão conseguindo trabalhar porque nós temos energia elétrica!

Eu finalizo minhas palavras dizendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, alguns Parlamentares deste País e desta Assembléia têm que acordar, nós temos que ser responsáveis, este País tem que ser sério, muita gente precisa parar de ir em palanque e começar a cuidar daquilo, por que eu vou dizer uma coisa a vocês companheiros, o povo que votou na última eleição está desiludido. Cuidado, cuidado, porque daqui há pouco nós vamos entrar numa situação que será irreversível, e a classe política é a primeira que vai pagar o ônus. Isso é muito sério. O povo está passando fome na rua, eles estão com o salário achatado, e vocês ficam discursando, nós temos que trabalhar num entendimento nacional, não em discurso demagógico. Eis o que nós precisamos fazer, parar de dis-

cursar e vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação.

O Sr. Nestor Baptista - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há uma solicitação do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan antes de Vossa Excelência, Vossa Excelência pede a palavra na qualidade de Líder ou concede o privilégio ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nestor Baptista - Eu agradeço a Vossa Excelência e tem a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nereu Carlos Massignan, nobre representante do Sudoeste com a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade essa sessão de hoje é uma sessão especial, porque nós estamos analisando um fato de suma importância e de extrema gravidade.

Nós, que vimos a realidade em Foz do Iguaçu, não podemos ficar calados. Aparentemente parece um fato de somenos importância se nós adrentarmos na argumentação dos empreiteiros e da Itaipu-Binacional, de que a greve de dois ou três mil trabalhadores pode parar a geração e a distribuição de energia elétrica neste País através da usina de Itaipu.

Articularam esse argumento e espararam pela imprensa brasileira no sentido de colocar toda sociedade em apreensão, em agonia e na perspectiva de se ver às escuras, jogando, com esse argumento falso, a sociedade paranaense, brasileira, contra um movimento legítimo, que é a greve, garantia constitucional, contra os trabalhadores. Pretenderam com esse circo de medo transformar o argumento legítimo da greve no argumento ilegítimo da ilegalidade e da quebra da ordem constitucional. Por que houve essa quebra e por que há a ilegalidade? Há, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há princípios e normas constitucionais que regulamentam o chamamento, a convocação das Forças Armadas, que lá estão explícitas. E me consta que nós, Deputados, temos o dever de saber que nenhuma empresa estatal pode convocar, solicitar, a presença das Forças Armadas, mesmo que manipule com dólares, mesmo que seja binacional.

Falando em binacional, Senhores Deputados, como estará o Gal. Strossener e seus áulicos, olhando pelo outro lado do lago a presença do Exército? Certamente

estarão satisfeitos, porque lá há esse costume; como aqui foi, lá se faz as Forças Armadas à maneira de manter e a forma mais indigna de manter uma ditadura, aqui nós passamos por este processo, que nós não queremos mais ver. Esse fato, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é de extrema gravidade, porque de precedente em precedente, amanhã ou depois o diretor da Refinaria de Araucária convoca as Forças Armadas, porque alguma coisa lá está acontecendo.

O representante da CFP no Paraná poderá argumentar neste sentido e convocar as Forças Armadas e aí nós vamos começar a ver a presença das Forças Armadas em todos os setores. Portanto, o ocorrido em Foz do Iguaçu, é um ato ilegal, anticonstitucional e um ato intimidatório de toda a sociedade brasileira.

O Deputado Werner Wanderer, na sua oração, argumentava que Ney Braga parece um super-homem que tem o poder de convocar as Forças Armadas e parece que está sim, com saudades dos tempos em que ele realmente era o super-homem, porque não havia força democrática que o cutucasse e ele não se reeducou no processo democrático. Falava também que o povo está desiludido. O povo se desilude, nobre Deputado, com estes fatos. O povo se desilude, quando colocam as nossas Forças Armadas a impedir o direito sagrado da greve, a impedir o direito de ir e vir, de falar e se manifestar. O povo se desilude quando ainda não se fez a revisão desse acordo com o Paraguai para construção da Binacional.

Acordo que foi assinado às escuras, nos tempos obscuros de duas ditaduras consorciadas. Hoje, esta Nação tem o dever de rever este acordo e adequá-lo ao momento, momento de democracia, e dar o adeus à inspiração ditatorial de dispositivos que lá existem. Um deles, que foi o argumento do senhor diretor da empresa Binacional, Ney Braga, de que o tratado lhe dá os poderes para solicitar a presença das Forças Armadas nos canteiros da obra de Itaipu. Ora, se esse tratado diz isso, pode servir para a ditadura paraguaia, mas não pode servir no processo de construção democrática que estamos fazendo aqui.

Se isto serve para os comandantes em chefe do lado de lá, não serve para os comandantes em chefe do lado de cá, e eles mesmo reconhecem isso, o próprio ministro do Exército sabe da sua missão constitucional aqui, o próprio Presidente tem essa noção, porque este é o desejo da sociedade brasileira.

Em que Ney Braga pediu e se baseou, para se mostrar perante a Nação Brasileira como um áulico saudosista dos tempos castrenses autoritários? Baseou-se no documento da Binacional, esse acordo que fez

nó seu interior, nas suas entranhas, tem ainda o grito autoritário dos tempos que nós já enterramos na história.

À direção da Itaipu se aliam os empresários com esse falso argumento de que poderia faltar energia a este País. Falta dignidade a esses empresários de negociarem, de sentarem à mesa e saberem a aceitarem como norma constitucional o direito sagrado e democrático de o trabalhador fazer a greve e de o empresário negociar dignamente. Não lhes cabe fazer justificativa desse tipo, eles não representam o poder público; eles representam o seu interesse. Mas se associaram nesse amontoado autoritário, com esta nota oficial que é um acinte, que é uma vergonha a todos nós, paranaenses, é porque aqui a autonomia deste Estado foi ferida porque o Governador Álvaro Dias nem sequer foi comunicado. Esses mesmos empresários da Unicom e da Itamon ontem (a greve começou domingo), quarta-feira, mandaram um telex ao Senhor Governador solicitando proteção aos seus empregados e familiares residentes nos conjuntos.

Para encerrar. Ora, quatro dias depois vêm pedir proteção. Parece-me que esses empresários não estão suficientemente satisfeitos com os tanques e as tropas do Exército e querem mais. Proteção aos empregados se dá sentando à mesa da negociação, concedendo reajustes justos, melhorando as condições de vida e de trabalho. Esta é a proteção digna que se faz; este é o compromisso do empresário moderno que quer sobreviver no capitalismo, sob pena de que, se não tiverem esta sensibilidade, entregarão não só os anéis, mas o próprio pescço, porque a paciência deste povo tem limites.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não pretendia voltar a falar sobre um assunto, Itaipu, greve com as empresas Unicom e Itamon, porque, como ficou bem explicitado, o que querem os Senhores Parlamentares do PMDB é dar exclusivamente um caráter político-partidário, através do presidente da Itaipu, Ney Braga.

Em momento algum, Senhores Deputados, eu ouvi aqui qualquer alusão dos Senhores Parlamentares do PMDB ao Governo Federal,

que nomeou o Presidente Ney Braga, ao Governador do Estado, Álvaro Dias, do seu Partido, à Polícia Estadual esteve e está lá, em nenhum momento. O que se quer e o que se pretende é atingir a pessoa de Ney Braga e, por extensão, o PFL. Conheço Ney Braga há longos anos (Eu peço à Mesa, por favor, conseguir aqui um copo de água, se tiver alguém porque são tão poucos os funcionários).

Em momento algum os Parlamentares do PMDB se referiram ao Governo Federal e ao Governo do Estado. Nós já falamos anteriormente que a nossa Bancada é solidária ao movimento reivindicatório dos trabalhadores das empresas envolvidas por uma melhor remuneração, uma melhor condição de vida. Todos nós queremos isso.

Agora, o que nós não podemos admitir, Senhores Parlamentares, e só volto aqui para mais uma vez fazer este registro, porque o Deputado Werner Wanderer já deu os esclarecimentos necessários, no nosso entendimento, para dizer que o Senhor Ney Braga ele não é dono das empresas, ele é Presidente da Binacional. Eu não sei até onde procede a notícia veiculada no jornal "O Estado do Paraná", que eu considero um jornal, pela tradição que tem, de grande respeitabilidade, de credibilidade, e que dá em primeira página uma notícia dizendo que:

"Um telefonema dado à última hora pelo presidente da Itaipu-Binacional, Senhor Ney Braga, mudou ontem à tarde o resultado da reunião de conciliação entre empregado e empreiteiros que constroem a usina. O encontro terminara em fracasso e 800 funcionários do setor de operações da usina ameaçaram aderir à greve quando o general telefonou para o Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba, e segundo o advogado dos trabalhadores, Wilson Ramos Filho, orientou as empreiteiras para que aceitassem a proposta do Tribunal. Outra informação dá conta de que Ney Braga apenas se ofereceu como mediador da negociação".

O que os Senhores Parlamentares do PMDB fizeram então, afinal, foi tentar apenas alcançar a Frente Liberal, citada aqui pelo Deputado Paulino José Delazeri, inclusive desrespeitosamente, chamando o ex-Governador Ney Braga de mentiroso e concluiu, depois e por último, o deputado Nereu Carlos Massignan dizendo, não assumindo a responsabilidade do Governo Estadual e Federal que pertence ao seu Partido, responsáveis pela condução e administração do país, falando em ditadura. Ora, Senhores Deputados, o seu Partido assumiu o Governo há muito tempo, tem o Presidente da República, Governadores do Estado de 22 Estados, maioria no Congresso, na Assembleia Constituinte e maioria nas Assembleias. O seu Partido assumiu, é Governo,

portanto tem a responsabilidade de Governar. Não é apenas vir aqui falar em ditadura, do autoritarismo, quando Vossas Excelências, Senhores Deputados do PMDB, acabaram de praticar, há pouco, uma agressão ao Regimento Interno desta Casa, a Lei que orienta o comportamento dos Parlamentares nesta Casa, quando a Oposição pedia a volta das sessões plenárias no seu horário regimental, porque, há algum tempo, por entendimento de todas as Bancadas, se antecipou para o período matutino. Mas a Bancada do PMDB, truculenta, rejeitou em plenário não um requerimento nosso, pois se tratava de uma comunicação à Mesa. Eu não pedi, por favor, a Oposição não pediu, por favor, Senhor Presidente, para que as Sessões voltassem à tarde, porque isto é disposição de Lei, é o Regimento da Casa que assim determina, cabe se submeter a essa maioria, que se diz democrática, e que repele o autoritarismo mas o pratica nesse instante antes do seu discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Para encaminhar a votação).

O sistema legal brasileiro impõe aos grevistas que eles próprios devem proteger o patrimônio da empresa em que trabalham. Se o comando de greve não tiver condições de garantir a propriedade, cabe ao Estado, que já tem o poder da Polícia, intervir dentro deste sistema.

A explicação é do Ministro Luiz José Guimarães Falcão, do Tribunal Superior do Trabalho.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Apenas deve se imputar a uma pessoa os movimentos de violência praticados em Foz do Iguaçu. Apenas uma pessoa deve responder pela invasão de Foz do Iguaçu. Apenas uma pessoa deve responder pela agressão praticada, não a alguns trabalhadores de Foz do Iguaçu, mas à sociedade paranaense e à democracia, o presidente da Itaipu-Binacional, General Ney Braga.

O próprio Ministro do Superior Tribunal do Trabalho foi claro. A própria comissão da Assembleia Legislativa, que esteve ontem em Foz do Iguaçu prestigiando os trabalhadores, apoiando em Foz do Iguaçu, "in loco" checando o que acontecia e acontece em Foz do Iguaçu.

Não há o mínimo risco hoje, como não havia ontem, de que se paralisasse o trabalho de Itaipu, de que a energia deixasse de ser gerada. Portanto, não cabe a desculpa esfarrapada dos defensores e do próprio presidente da Itaipu, general Ney Braga.

Se o PMDB tem hoje o Governo Federal, o Governo Estadual, é porque em 1986 o povo brasileiro assim o quis. Mas, infelizmente, para este mesmo povo brasileiro, as enganações ainda persistiram, porque o PFL, acostumado às benesses do poder, como alguns que têm assento na Bancada do PMDB na esfera federal e na cúpula do PMDB, inventaram uma Aliança Democrática. Aliança Democrática para levar Tancredo Neves à Presidência da República. Mas, confundida pelo PFL como meio para ter cargos, para ter Ministérios, para ter a Itaipu-Binacional, para continuar atrelado ao poder, para continuar sugando aquele que paga o imposto, para continuar sugando a população.

O Deputado Werner Wanderer dizia que o PMDB quer a Itaipu-Binacional. O PMDB não quer a Itaipu-Binacional. O PMDB quer todos os Ministérios invadidos pelo PFL. O PMDB quer o cumprimento do seu programa. Não quer o cumprimento de um programa da Aliança Democrática que mente para o povo, que engana o povo.

Há dias atrás tivemos a saída do Ministro Jorge Bornhausen da Educação, que não deveria ter entrado.

Houve o convite pelo rádio, pela televisão, da farsa montada pelos Senadores Marco Maciel e Carlos Chiarelli e pelo Ministro Bornhausen, convidando o PMDB para também colocar os ministérios à disposição.

Ora, quem tem que exigir isto é a população brasileira. Em 1982, o povo do Paraná convidou o Sr. Ney Braga a se retirar, com o maior respeito que tenho aos mandatos que ele ocupou de Prefeito, passando pelo crivo popular de Deputado Federal, de Senador, de Governador. Um feito admirável, Deputado Werner Wanderer. Indiscutivelmente. Mas o seu tempo passou. Em 1982, o povo do Paraná cansou e o convidou para se retirar e ir para casa.

Lamentavelmente ainda ouvi, na sessão de terça-feira, o Deputado Zanusso dizer que as Oposições têm direito na Casa.

O PFL não é oposição coisa nenhuma, com o devido respeito que posso dedicar a Vossa Excelência. Que Oposição que tem o Ministério, que oposição que tem Itaipu, que oposição que tem o Ministério das Minas e Energia, que oposição é esta que continua atrelada ao poder federal, sugando o povo brasileiro? Isto não é oposição. Que oposição é essa que foi repudiada pelo povo, em 1986, mas quer continuar agarrada e teimando, em oposição, em Aliança Democrática?

E no Paraná, com o devido respeito que tenho para com as Oposições, as verdadeiras Oposições, vivemos um momento de absoluta tranqüilidade, com um Governador sério, governador de trabalho, governador de

obras, governador de apoio popular, governador sem mentira, como no passado, passado distante e não distante.

Essa é a grande realidade. Portanto, hoje estamos vendo se falar em governo paralelo. O presidente da Itaipu-Binacional está pedindo suplementação de verba para as mordomias que ocorrem lá em Itaipu, para o salário do mais alto "marajá" deste País, mas está fazendo um governo paralelo. É o prefeito da cidade do Deputado Werner Wanderer, que acusa, hoje, no jornal "Correio de Notícias". São prefeitos de toda aquela região, que acusam, nos mais variados jornais deste Paraná, e já é hora desta Casa raciocinar um pouco mais.

O PMDB tem responsabilidade, claro que tem. A maior responsabilidade, inclusive, mas é hora de convidar aqueles que não têm nada a ver com o PMDB, com o programa do PMDB, a se retirarem, a tomarem uma atitude que o povo já tomou em 1982 e 1986, quando elegeu amplamente a sigla do PMDB, os candidatos do PMDB, em quase todos os Estados do País, em quase todas as Assembleias e Câmaras municipais. E aqueles que ainda não eram do PMDB, estão se agarrando, querendo entrar no PMDB, de todas as maneiras.

Por que? Porque estão vendo o governo sério de Álvaro Dias, o governo realizador de Álvaro Dias.

Para falar de oposição, para ser oposição e de Oposição, nós temos prática de muitos anos, inclusive aqui neste Parlamento. É necessário não se agarrar em cargo algum. É necessário se despir do interesse pessoal. É necessário ser Oposição vinte e quatro horas por dia, no interesse da população. Não oposição de microfone, não oposição de palanque, e se agarrar no poder quando precisa de algum benefício.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. - **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 246/86, 108, 120 e 141/87.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 76/87 e dos Projetos de Lei n. 124, 136, 138, 144, 147, 149, 151, 153 e 154/87.
- 1.<sup>a</sup> Discussão - do Projeto de Lei n. 202/87 e do Projeto de Resolução n. 47/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO DO DIA 01 DE OUTUBRO DE 1987.

"De Maior Produtor de Trigo,  
Para a Maior Indústria de Malte."  
Paraná Cooperativo - Ocepar

Com uma população de 9.500 habitantes, Entre Rios possui uma estrutura de invejar a qualquer município de porte médio do Paraná. Esta estrutura é toda mantida pela cooperativa, como também a escola, supermercado, hospital, museu, assistência social e conservação de estradas das cinco colônias. A Cooperativa Agrária é responsável por 40% da produção nacional de malte.

Quem vai a Entre Rios e conhece as cinco colônias que formam o distrito, e todo o desenvolvimento ali existente, não pode imaginar as dificuldades que foram enfrentadas e superadas pelos imigrantes.

Hoje a Cooperativa Agrária, fundada no ano de 1951 pelo engenheiro Michael Moor, o primeiro dirigente a quem coube os encargos de planejamento da emigração, é proprietária exclusiva da maior maltaria da América Latina - a Agromalte, que deu o título à cooperativa no ano passado de uma das maiores contribuintes de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) do Paraná.

A Agromalte, foi fundada em 1977 na colônia de Vitória, uma das cinco que compõe o distrito, com a ajuda da Companhia Antártica Paulista, segunda maior fabricante de cerveja do Brasil. A moderna indústria de malte instalada em Vitória, começou a produzir a partir de 1981.

No ano passado industrializou 55.463 toneladas de cevada nacional e 11.921 toneladas de cevada importada, alcançando a produção de 56.054 toneladas de malte, o que resultou um faturamento superior a 380 bilhões de cruzados.

Desde o dia 15 de outubro do ano passado, a Agrária se tornou proprietária única da Indústria de malte, comprando por 10 milhões de dólares os 49 por cento que pertenciam à Antártica.

Hoje a Agrária possui um amplo projeto de reflorestamento em conjunto com a Agromalte, para suprir as necessidades de lenha da indústria, e que alcança uma área de 800 hectares de matas cultivadas, restando por reflorestar 1.990 hectares.

#### VANTAGENS DO CULTIVO

No início da colonização de Entre Rios, os Suábios deram à Guarapuava, durante vários anos o título de maior produtor de trigo do Brasil. Após a construção da Agromalte, as áreas de trigo foram cedendo espaço para a cevada diante da necessidade da cooperativa em industrializar

este produto.

Segundo os dirigentes da Agrária, a cevada é uma ótima opção para as áreas onde somente se produz o trigo, pois ela faz uma boa rotação de cultura e tem muitas vantagens sobre o trigo.

Raimund Gartner, diretor-secretário da cooperativa fala sobre algumas destas vantagens: "ela possui um ciclo mais curto, tem uma maior produtividade e facilita bastante o plantio da soja. O preço é mais atrativo, em torno de 5 por cento superior, e tem uma colocação de mercado garantida".

O diretor comercial da Agromalte, Francisco Essert, afirma: "mesmo que todas as maltarias do País produzissem com toda capacidade, não seria suficiente para atender a necessidade do mercado consumidor de malte". Hoje o Brasil consome 430 mil toneladas/ano, e a produção é de apenas 180 mil toneladas, "pode até dobrar o cultivo de cevada, que não será o suficiente para a demanda", diz Essert.

#### CERVEJA: "O PÃO LÍQUIDO"

A grande garantia do plantio da cevada, é de se ter bom lucro e um pagamento imediato pela produção: "o produtor não depende de Bolsa de Chicago para negociar a produção e não corre o risco de ter parcelado em cinco vezes o pagamento como o trigo. Nós adquirimos toda a produção, e em um prazo máximo de 15 dias realizamos o pagamento em dinheiro", confirma o diretor comercial da Agromalte.

O consumo de cerveja no Brasil, segundo dados fornecidos pela Agrária, na média dos últimos 15 anos, teve um aumento de 10 por cento, e crescerá ainda mais, "A cerveja é considerada o nosso pão líquido", salientou Essert.

Antes existia por parte do governo federal uma certa discriminação com o plantio da cevada, "mas isto mudou a partir de uma campanha realizada pelo próprio governo sobre a auto-suficiência de cevada e malte no Brasil. Hoje existe um tratamento igualitário entre a cevada e o trigo", afirmou Francisco.

A Agrária realiza hoje em várias regiões do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fomento para produção de cevada; para isto foi inaugurado recentemente, um campo experimental em Entre Rios, para serem feitos testes e pesquisas com os mais diversos tipos de variedades de semente de cevada.

Segundo Francisco Essert, "há uma necessidade muito grande por novas opções no Brasil. Existem hoje no máximo duas variedades que produzem bem. Isto não é o ideal. Na Europa, o agricultor tem a seu dispor uma grande variedade para produzir. Existe um tipo para cada região e solo,

até variedades específicas para o tipo de cultura que será feita após a colheita da cevada", diz ele.

A Agrária, juntamente com órgãos de pesquisa oficiais e particulares, busca novas variedades adaptadas às nossas condições. A média nacional de produtividade de cevada é de 1.300 quilos enquanto na área de ação da cooperativa é de 3.000 quilos por hectare.

#### VISITA DE CONSTITUINTES PARA CONHECER O MODELO AGRÁRIO DA COOPERATIVA

Para a vinda das famílias, foram comprados na região de Guarapuava, 22 mil hectares de terras, que foram distribuídas entre os 500 novos agricultores, juntamente com toda a infraestrutura necessária e assistência técnica.

A agricultura foi explorada coletivamente até a distribuição das terras no ano de 53. "Mediante determinados princípios fixados, cada família recebeu sua área de cultivo, eram estabelecimentos em torno de 25 a 30 hectares", disse Johann Kleinfelder, diretor financeiro da Agrária. A cooperativa sempre esteve pronta a colaborar com seus associados dispondo de caminhões de transporte, tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Todo este sistema utilizado pela cooperativa para a distribuição de terras entre os primeiros colonos, e hoje para os filhos destes, está servindo de exemplo para uma reforma agrária bem sucedida. Prova disto foi a recente visita feita pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal Jorge Vianna, que esteve em Entre Rios para saber mais do sucesso destes programas agrários.

Já foram feitos oito programas de distribuição de terras entre os cooperados, em áreas compradas pela cooperativa, próximas ao polo de desenvolvimento do distrito. Segundo, Raimund Gartner, "isto facilita muito a assistência que a cooperativa presta. Os custos são bem menores. E até agora foi possível conseguir área aqui perto".

#### PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

O final da Idade Média registrou o avanço dos turcos pela península balcânica, quando em 1526 chegaram a conquistar grandes extensões do reino da Hungria. Mas as tropas dos imperadores alemães conseguiram reprimir estes conquistadores, os quais foram definitivamente derrotados e expulsos.

As terras libertadas foram povoadas, logo a seguir pelos antepassados dos atuais Suábios do Danúbio. Eram agricultores provindos da Suábia, Baden, Alsácia,

Lorena, Palatinado, Hessen e Bavária. Desceram o rio Danúbio, em embarcações denominadas "Caixas de Ulm" e passaram a cultivar amplas áreas na margem esquerda do rio. O movimento migratório durou 70 anos, e foi especialmente estimulado pela imprecatriz da Áustria Maria Theresia e por seu filho, o imperador José II.

Inicialmente a colonização foi permitida somente aos católicos. Mas após o "édito de tolerância", a permissão abrangeu também os protestantes. E estas colônias se expandiram e passaram a cultivar áreas na Syrmia e Slawonia.

Tudo foi planejado, e os colonizadores encontraram à sua chegada terras de cultivo, uma casa de moradia completamente instalada, estábulos, gado e equipamentos de trabalho. Receberam a quantidade suficiente de terras para seu sustento e foram isentos de pagar impostos por 10 anos.

Com enormes esforços e grandes sacrifícios, os Suábios do Danúbio conseguiram transformar suas terras férteis e conquistaram o título de "celeiro" do Sudeste da Europa. Foi garantida aos imigrantes, pelos governantes de Viena, o direito do uso da língua materna e à livre prática de sua religião.

Depois da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial a Monarquia do Danúbio (império Austro-Húngaro) sucumbiu e a região colonizada pelos Suábios foi repartida entre a Hungria, Iugoslávia e Romênia, novos estados independentes que se criaram.

Perto do final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, no outono de 1944, um grande número de Suábios do Danúbio fugiu, abandonando sua pátria, ante o avanço do exército vermelho. Estes fugitivos viveram vários anos em campos de refugiados, alojamentos provisórios e em barracões tanto na Áustria como na Alemanha, antes de continuarem sua migração, à procura de uma nova pátria, para outros países do oeste europeu ou do além-mar.

Depois da guerra, uma delegação de Suábios do Danúbio conseguiu, com ajuda do arcebispo de Salzburgo, entrar em contato com a "Ajuda Suíça para a Europa" a qual submeteu seu pedido de ajuda para emigração. E esta organização enviou em 1949 uma comissão, encarregada de achar na América do Sul terras próprias para a colonização.

Os interessados em emigrar, já antes da saída, na Europa, declararam sua disposição em se associarem à cooperativa. Assim, com 500 famílias de imigrantes, nasceu uma das mais bem estruturadas cooperativas no Brasil.

#### PERFIL DE DESEMPENHO

Os Suábios do Danúbio somam hoje em Entre Rios, uma população estimada em duas mil pessoas, isto representa 30 por



cento a menos que no início da colonização. A população do distrito é de 9.500 habitantes, onde se somam além dos colonizadores os antigos moradores do local.

Toda a estrutura do distrito que é mantida pela Cooperativa Agrária, que tem como presidente, Mathias Leh (em viagem pela Alemanha), foi possível graças as sobras obtidas durante estes 36 anos de existência. A Agrária, diferente de muitas outras cooperativas paranaenses, não repassa as sobras aos cooperados, os quais concordam através das Assembléias anuais, que o capital seja investido na própria estrutura da cooperativa e no distrito.

Desta forma ela construiu suas instalações de recepção de cereais armazéns e silos. com capacidade atual para 200 mil toneladas. Também estes recursos proporcionaram o desenvolvimento das obras educacionais e sociais de Entre Rios.

Hoje a cooperativa possuiu um entreposto no vizinho município de Pinhão, onde muitos agricultores possuem estabelecimentos agrícolas.

#### AS AGROINDÚSTRIAS

Trigo e arroz são beneficiados ou moídos em instalações industriais próprias onde também são embalados e comercializados.

O supermercado da cooperativa garante o abastecimento regular da população, oferecendo produtos alimentícios, confecções, eletrodomésticos etc. Os agricultores tem a seu dispor peças de reposição para tratores e maquinários, e em cada comunidade da colônia, existem estabelecimentos comerciais e oficinas de reparos.

Na Colônia Vitória funcionam três agências bancárias, o que evita a ida dos habitantes do distrito até a cidade de Guarapuava, distante 30 quilômetros.

A agrária é associada da Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais - a Copersul, com sede em Ponta Grossa, onde tem participação com 43,37 por cento do capital e, através dela, também industrializa óleo de soja, cuja capacidade de es-

magamento é de 600 toneladas.

No departamento técnico, a Agrária possui sete engenheiros agrônomos, três veterinários e seis técnicos em planejamento. Além da assistência e planejamento, este pessoal está dotado para realizar experiências com fertilizantes defensivos agrícolas e novas variedades e épocas de plantio, e todo este trabalho é desenvolvido com o auxílio da Embrapa e outros institutos de pesquisa e de universidades nacionais e do exterior. Os resultados obtidos nestas experiências, são repassados para os agricultores e também aos alunos do curso técnico do colégio Imperatriz Dona Leopoldina.

A dimensão média de uma propriedade rural hoje no distrito é de 250 hectares, existindo porém, aqueles produtores que cultivam bem mais de 1.000 hectares.

A soja é a mais importante cultura de verão, embora o milho tenha aumentado. No inverno é a cevada, trigo e aveia. Existem algumas fazendas de criação de gado, e suinocultura.

#### DESEMPENHO EM 86

Conforme o relatório da Agrária sobre o exercício do ano passado, a produção de 86 em relação à anterior, aumentou em volume, 37,81 por cento e, em cruzados, elevou em 170,75 por cento, sendo de destacar o aumento verificado no recebimento de cevada e trigo, devido ao maior interesse despertado pelas culturas de inverno face a melhor tecnologia disponível. A redução da safra de soja, segundo a diretoria da Agrária, foi em decorrência da estiagem registrada durante o ciclo da cultura.

#### QUADRO SOCIAL

COOPERADOS	1984/1985	1985/1986	1986
Existentes	357	361	368
Admitidos	11	17	6
Demitidos	7	10	4
TOTAL	361	368	370

VALOR E VOLUME DA PRODUÇÃO RECEBIDA E COMERCIALIZADA					Em Toneladas:	
PRODUTO	1984/1985		1985/1986		1986	
	RECEBIDA	VENDIDA	RECEBIDA	VENDIDA	RECEBIDA	VENDIDA
ARROZ	1.725	2.007	238	401	712	240
AVEIA	16.937	4.296	12.179	23.857	11.910	10.834
CEVADA	4.358	6.284	18.470	3.995	57.988	16.549
MILHO	4.214	3.412	4.688	4.195	14.338	13.946
SOJA	87.331	87.806	101.705	92.262	88.667	92.888
TRIGO	3.891	3.891	16.484	16.484	38.298	38.298
TOTAIS	118.456	107.696	153.764	141.194	211.913	172.755



1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 24.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 1.987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Pirajá Ferreira e Lindolfo Júnior.

Às doze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quiel-se Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 162/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que altera a redação do artigo 1.<sup>o</sup> da Lei n. 8503, de 30.06.87 (Exclui a palavra "pública" constante na lei original). - Aprovado. (Public. no D.A. n. 82, de 12.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 162/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, visa alterar a redação do art. 1.<sup>o</sup> da Lei n. 8503, de 30 de junho de 1987.

Esta proposição tem como objetivo corrigir um equívoco ocorrido na denominação da entidade, excluindo-se a palavra "pública", constante na lei original. Constatamos a necessidade de correção, através da documentação da entidade que em seu estatuto figura como: "CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE MARINGÁ".

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 54/87 (Mensagem n. 66/87, ex-Proposição n. 65/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., que aprova os Convênios celebrados em 21.07.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de APUCARANA, ARAPONGAS, CAMPO MOURÃO e PARANAGUÁ, objetivando ação conjunta no sentido de execução do "Balizamento noturno" do aeroporto da sede dos referidos municípios. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada, e mais,

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 162/87 e do Projeto de Resolução n. 54/87.

Levanta-se a Sessão.